

## **Monografia**

# **A Representação Espacial da Violência na Cidade do Rio de Janeiro: Uma Comparação entre os Dados Oficiais e a Imprensa Escrita.**

**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Curso de Bacharel em Geografia**

**Daniel Coelho Barçante Pires**

**Orientadores: André Reyes Novaes e Letícia Parente Ribeiro**

**Rio de Janeiro**

**2008**

**Resumo:**

O fenômeno da violência urbana passa a ser frequentemente discutido nos campos das ciências sociais, incluindo a geografia, a partir da década de 1980. Isto é justificado pelo aumento dos índices de criminalidade e por um maior destaque midiático sobre esta questão. O que será proposto é uma metodologia que busque estabelecer um diálogo sobre a violência e a sua representação em uma das cidades mais associadas a este fenômeno, o Rio de Janeiro.

Este trabalho busca contribuir para a discussão apresentada através da localização e percepção espacial do fenômeno da violência, tanto no nível institucional como no campo da cobertura midiática.

A metodologia proposta busca estabelecer um diálogo pesquisando como a violência é qualificada e em que espaços ela é localizada nas reportagens, do Jornal *O Globo*. Com a finalidade de comparar a representação espacial nos dados oficiais e na cobertura jornalística foram construídos nove mapas nos anos de 2002, 2004 e 2006. Estes representando a distribuição dos dados oficiais e dos dados da cobertura midiática. São estes mapas sínteses que evidenciam a correlação entre formas distintas de representação do fenômeno da violência.

## **Agradecimentos:**

Este trabalho não poderia ter sido concluído sem a ajuda de muitas pessoas. Antes de tudo quero agradecer a todas as pessoas sem as quais jamais teria concluído este trabalho.

Primeiramente, quero agradecer a meus pais Marilda Coelho Barçante Pires e Josino Barçante Pires, quem irei amar por toda a minha vida e que sempre foram meus pontos seguros para momentos difíceis que atravesssei. Também quero agradecer a meu irmão Hugo Coelho Barçante Pires, por ser um grande companheiro e amigo. Para estes dedico este trabalho.

Com certeza a maior contribuição foi do meu amigo e orientador André Reyes Novaes, que me orientou do início ao fim deste trabalho com muita dedicação e amizade. Também as conversas esclarecedoras que tivemos com a orientadora Letícia Parente foram de fundamental importância para elaboração do projeto desde o seu início até a sua conclusão, portanto agradeço-os com todo meu carinho.

A meus grandes amigos e irmãos Ramana Jaques, Fernando Mamari, André Negreiros e Wilde Itaboraí, quero prestar aqui minha homenagem pelo apoio e companheirismo. Sem nossas conversas pelos bares da vida este trabalho não estaria pronto.

Para Marcelo Negrão que teve participação direta e fundamental na conclusão deste trabalho, eu agradeço do fundo do meu coração.

Quero deixar também aqui meu agradecimento a Iara Cruz, Diretora de Comunicação do ISP e Leonardo de Carvalho Silva, Gerente de Geoprocessamento do ISP, que prestaram ajuda fundamental me fornecendo dados e orientação para a operacionalização desta monografia.

Agradeço a todos os integrantes do Grupo de Estudos Etnogeográficos e ao Comitê de Solidariedade aos Movimentos Sociais da UFRJ; agradeço também a todas os amigos e amigas da ocupação Geomata.

## Índice:

<b>Introdução</b>	<b>5</b>
<b>Violência e Criminalidade</b>	
<i>Violência</i>	7
<i>Criminalidade</i>	14
<b>A Violência no Rio de Janeiro</b>	
<i>Os Nomes da Violência no Rio de Janeiro</i>	18
<b>O Binômio Tráfico/Violência</b>	<b>24</b>
<b>A Problematização dos Dados Oficiais</b>	<b>36</b>
<b>A Problematização dos Dados do Jornal <i>O Globo</i></b>	<b>46</b>
<b>Conclusão</b>	<b>58</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>61</b>
<b>Anexos</b>	<b>64</b>

## **Introdução:**

O Rio de Janeiro é uma cidade mundialmente conhecida, tanto pelo seu potencial turístico, como também pela importância política e cultural nos contextos nacionais e da América Latina. A dinâmica do tráfico de drogas na metrópole carioca; com as organizações criminosas que tem nas favelas suas bases logísticas de atuação; confere grande visibilidade social à violência urbana.

Este binômio tráfico/violência começa a ganhar maior visibilidade a partir da década de 80, quando há um aumento significativo dos índices de criminalidade no espaço carioca e maior atenção dos órgãos públicos dirigida a este fenômeno, (como aponta Souza, 2000; Soares, 1996), O problema se agrava com o passar de uma década, e; em 1994, ocorre a chamada operação Rio – as forças armadas são convocadas para patrulhar a cidade sob a alegação de que os índices de criminalidade atingiram níveis incontroláveis.

A cidade do Rio de Janeiro foi escolhida como recorte espacial, pois o Rio é o locus principal dos noticiários jornalísticos sobre o tema da violência (Ramos & Paiva, 2005). É na capital fluminense, que o contraste, entre a cidade formal e as favelas, é mais evidente, o que é permitido pelas características físicas do sítio urbano da cidade, onde a presença de muitos morros possibilita a coexistência na mesma área de favelas e bairros de classe média e alta. O embate entre a cidade formal e a informal gera diversos conflitos, os quais se manifestam de diversas formas, sendo a principal delas o aumento da visibilidade social da criminalidade.

A presente monografia pretende discutir a violência urbana na cidade do Rio de Janeiro. Realizando um recorte temporal que data dez anos da operação Rio, buscando observar os desdobramentos desta escalada da violência através de dados mais recentes. Foram, assim, desenvolvidos mapas que representam informações sobre criminalidade no Rio nos anos de 2002, 2004 e 2006. As informações que foram espacializadas provem de duas fontes principais de dados: dados formais sobre a criminalidade constatada pelos órgãos oficiais (ISP – Instituto de Segurança Pública RJ); e dados sobre a representação da violência na imprensa escrita (Jornal – *O Globo*). As modalidades de crime a serem trabalhadas na elaboração dos mapas são homicídio doloso (quando há intenção de matar) e latrocínio (roubo seguido de morte).

O objetivo, portanto, é buscar bases para refletir sobre a representação do fenômeno da violência no município do Rio de Janeiro; através de dados oficiais e dados midiáticos, identificando as divergências e convergências entre estas duas fontes de dados.

O que foi realizado de fato consiste em uma pesquisa sobre os assassinatos ocorridos nos meses de abril de 2002, janeiro de 2004 e dezembro de 2006 (meses que segundo os dados do ISP foram os mais violentos dos respectivos anos na soma das mortes nas duas categorias de crime trabalhadas). As mortes foram divididas segundo a área da cidade onde foram registradas (AISP<sup>1</sup>). Posteriormente, foi consultado nos arquivos do Jornal *O Globo*, os assassinatos noticiados nos meses em questão, os quais também foram divididos segundo a área onde ocorreram. Estas duas informações foram sobrepostas para que fosse possível visualizar as divergências e convergências entre os mapas.

O questionamento levantado gira em torno de possíveis áreas de destaque e áreas não privilegiadas pela mídia. Melhor explicando, áreas onde ocorrem muitos assassinatos e há poucas ou nenhuma notícias sobre estes assassinatos; que se contrapõe a áreas onde ocorrem poucos assassinatos e a maioria ou todos os casos são noticiados pela mídia. Outro questionamento está nas características do assassinato noticiado e o destaque que o caso ganha, sendo noticiado em dias consecutivos. Foram observadas as circunstâncias do crime que criam as possíveis divergências e convergências; deve-se também destacar as possíveis relações que associam o tráfico a violência que foram identificadas nos mapas e na análise das notícias consultadas.

A monografia está dividida em quatro capítulos. A introdução irá trabalhar os conceitos de criminalidade e violência no âmbito das ciências sociais e da geografia; outro tópico que se faz importante é discutir a violência no Rio de Janeiro e como este fenômeno vem sendo representado. O segundo capítulo sistematiza os dados formais sobre criminalidade trabalhados na pesquisa, problematizando-os e espacializando-os. Posteriormente trabalha-se com os dados midiáticos colhidos com o jornal *O Globo*, também problematizando tais informações e sistematizando-as em mapas; neste capítulo também há o desenvolvimento dos resultados da pesquisa: a comparação entre os dados

---

<sup>1</sup> AISP – Áreas Integradas de Segurança Pública - divisão da cidade pelos batalhões da Polícia Militar. É a divisão utilizada pelo ISP no monitoramento dos dados coletados sobre a criminalidade.

oficiais e os dados jornalísticos. O capítulo que trata das considerações finais encerra a monografia.

## **Violência e Criminalidade:**

### ***Violência:***

Em estudo realizado sobre opinião pública carioca acerca da violência no Rio de Janeiro, Soares (1996) busca realizar um quadro de discussão acerca da violência na história do pensamento social. A análise da discussão apresentada torna-se importante neste momento da monografia, uma vez que, compreender a evolução do significado da violência nos estudos sociais é importante porque esta monografia pretende trabalhar com a modalidade extrema da violência social – o assassinato.

As ciências sociais apresentam dificuldade na compreensão de ética e valores, pois estes por apresentarem posições críticas fronteiriças, ameaçam a identidade das ciências sociais. Ou seja, até que ponto a ética e os valores de uma sociedade podem expressar a dinâmica das relações humanas, sem comprometer o real conjunto de problemas em um contexto histórico cultural da modernidade recente e de sua respectiva crise. Para solucionar este problema, Luiz Eduardo Soares analisa a ética e as principais concepções a respeito da violência que se desenvolveram nas tradições do pensamento social e suas diversas significações.

Soares busca em Canetti (1996, apud Soares) o que chama de os limites da metamorfose; através da literatura moderna, Canetti definira o fim das concepções românticas do século XVIII, afirmando que hoje o mundo estaria fragmentado. As idéias de Kant da heterogeneidade do real imporiam a filosofia moderna um desafio radical, onde o esquema kantiano poderia funcionar como uma solução. Este esquema está fundamentado na razão científica, na metodologia e nos procedimentos cognitivos. Sendo assim poder-se-á definir o sujeito kantiano da moralidade, o ser racional:

*“a justaposição entre liberdade irrestrita de uma vontade autônoma e a obediência ilimitada do princípio da universalização da máxima que descreve o ato visado pela liberdade” (Kant 1980 : 149ss. Apud Soares, 1996 p. 16)*

Define-se o sujeito transcendental da moralidade, criador e cumprido da lei moral, com inspiração no Contrato Social de Rousseau, atualizador da “vontade geral” sintetizada em um só que seria ao mesmo tempo o soberano e súdito, o cidadão e o legislador. Eis então que o espaço literário-narrativo fragmentado exhibe pontos de vista extremos no conceito de Elias Canetti. Com uma ressonância rousseauística e inspiração em David Hume, a compaixão e a piedade – capacidade natural dos homens de se identificar entre si e com os seres vivos – expressariam capacidade de partilhar os sofrimentos. Dá-se, portanto, a metamorfose do poeta – o papel ético e político de estender o círculo de violência que é sempre finito. Para Canetti, a literatura nutre-se da compaixão, da piedade e da benevolência sem dá-los valor genérico ou indeterminado, pois segundo Hume: - “o homem é benevolente com os seus, isto é, com aqueles que participam dos círculos familiares e de redes de amizade e lealdade, em graus sempre proporcionais à intensidade dos vínculos” – isto mostraria uma tendência extremante restrita em relação a tais sentimentos, caracterizando uma objetividade possível de interagir a dinâmica e condicionante de seu alcance tendencial e de suas potencialidades.

Expandir esta condição de benevolência seria a condição para a realização da metamorfose proposta por Soares, que busca em Richard Rorty (1985) – a responsabilidade ética central para a humanidade neste final de século (agora seria início do século XXI) – Rorty busca na literatura e na etnografia esta responsabilidade, pois para ele a etnografia é análoga a literatura no sentido de expandir os limites extremos das comunidades morais através de pretensões universalistas apoiadas em concepções essencialistas:

*“Em minha utopia, a solidariedade humana seria vista, não como um fato a ser reconhecido pelo afastamento de ‘preconceitos’ ou pelo mergulho em profundezas antes ocultas, mas, sobretudo, como uma meta a ser atingida. Trata-se de atingi-la, não pela investigação, mas pela*

*imaginação, pela habilidade de ver pessoas estranhas como companheiros de sofrimento, solidariedade não é descoberta pela reflexão, mas criada”.*

*“Este processo, de passar a ver outros seres humanos com ‘um de nós’ e não como ‘eles’ é uma questão de descrição detalhada sobre como são as pessoas não familiares a nós e de redescricao sobre como nós mesmos somos” (Rorty – op. cit: XVI apud Soares, 1996: p.18 )*

Do ponto de vista antropológico antiessencialista, tais pontos de vista não passariam de crenças; e experiências sobre extensão da compaixão seriam aquelas culturalmente muito particulares. Porém, conotações universalistas nos campos do conhecimento e da moralidade vêem a violência como o avesso da compaixão e da piedade. A violência deve ser definida do ponto de vista ético e Rorty admite um progresso moral em direção a solidariedade humana no qual romances e etnografias são os maiores responsáveis por tal progresso – a obra de arte atualiza e celebra a metamorfose – “o homem ousaria experimentar a paixão de transformar-se e de converter-se em outro, aceitando-o integralmente e pondo-se, imaginária e afetivamente em seu lugar, assumindo o seu ponto de vista”. (Soares, 1996 p. 19). Para Luiz Eduardo Soares o exercício da violência:

*“... traz o outro até o domínio da vontade de quem o exercita, submetendo o outro ao movimento que lhe subtrai a liberdade e que substitui a singularidade de sua inscrição no mundo pela generalização da vontade de comando, a qual realizando-se, aliena-se de quem é por ela conduzido...”. (Soares, 1996 p. 19).*

*“No limite pela violência o homem busca transformar o outro em si mesmo, busca absorvê-lo, na medida em que pretendem tornar as ações do objeto da violência extensões de sua própria vontade. Tal absorção do outro parece estar a serviço, através de uma perversa dialética, da garantia de inalterabilidade ou de conservação da identidade do sujeito da violência, temeroso da mudança e de sua figuração extrema, a morte,*

*que o outro, em sua liberdade, diferença e irreducibilidade, personifica, uma vez que dramatiza e expõe os limites de seu parceiro. O outro é, nesse sentido, resistência à expansão da onipotência do agressor, por isso, circunscreve, estabelecendo-lhe as fronteiras, o domínio que encapsula e limita, expondo-se, portanto na continuidade do círculo vicioso, à cólera do narcisismo ferido e a sua eficácia prática: a violência”. (Soares, 1996 p. 19).*

O processo civilizatório, através da política, deslocaria a violência do centro da vida social (apesar das contradições), uma vez que a política no sentido de compor-se de práticas, normas e instituições submeteria à violência ao poder de mediação do controle público. Caminhando nesta direção a cultura seria o oposto da violência, a qual busca imediatividade do domínio do outro através da força física, normas e instituições ou de artefatos a seu serviço; tendo a guerra como seu principal teatro de operação.

As considerações postas em pauta nos remetem a refletir sobre a dinâmica das duas fontes de informação trabalhadas – a mídia e os órgãos formais. O Jornal *O Globo* dirige-se a um público restrito da sociedade carioca – as classes média e alta, formadores de opinião e de certa forma capazes de pressionar o poder público – trata-se dos habitantes da cidade formal. E se para Hume, os homens são solidários com os seus; o que terá destaque em um meio de comunicação destinado a tal público, tratará daquilo que comove a compaixão deste público em questão. Já os dados formais devem abranger toda a cidade, tanto a favela como os bairros tradicionais, monitorando e levantando dados que orientarão políticas públicas, no caso, ações combativas a violência, pois a própria dinâmica do registro do homicídio nos leva a crer que este dado busca um padrão, portanto que o dado oficial quer divulgar o registro da morte e não a realidade do homicídio de fato.

Se a representatividade do poder público está direcionado para a cidade formal; e, os meios de comunicação também, pode-se indagar: até que ponto os destaques espaciais dados aos casos de assassinato pelo jornal *O Globo* estariam direcionados discursos públicos sobre violência, pois a seletividade é uma natureza da mídia; o que discutiremos nos capítulos dois e quatro. E dependendo da resposta obtida, até que ponto, os moradores, que não são contemplados pelos serviços da cidade formal, estariam dispostos a atender os

apelos da sociedade civil que traduzem os limites da metamorfose proposta por Elias Canetti citada por Luis Eduardo Soares.

Antes de entrar no resultado propriamente dito da pesquisa realizada por Luiz Eduardo Soares, ele realiza uma breve análise dos clássicos do pensamento social a respeito da violência. O autor em questão demonstra que tanto nos clássicos como na opinião popular corrente, nem sempre se fala da mesma ‘coisa’ quando se fala de violência.

A violência é introduzida no pensamento social moderno por Maquiavel e Thomaz Hobbes. Na análise da ética, Maquiavel vê nas disputas ambiciosas e as virtudes de suas respectivas estratégias como o lugar de destaque da violência. Com a intenção de comover ou manipular o povo produzindo reações adequadas para conquistar sua devoção e confiança, os valores são transformados em ilusões e manipulados pela vontade de domínio em conflito e de acordo com as conveniências políticas.

*“A força é o recurso elementar e inevitável do poder, quaisquer que sejam seus méritos ou seus defeitos, julgados pelos diversos pontos de vista envolvidos, pelas diferentes paixões mobilizadas, pelos distintos interesses em jogo”. (cf. Maquiavel, 1981, apud Soares, 1996: p.20).*

Assim sendo, será necessário para os homens amedrontados pela perspectiva de uma morte violenta – com o intuito de superar o terror e organizar o caos – por um momento agirem racionalmente: suspenderem as hostilidades e celebrarem um contrato, pelo qual aceitem, em comum, trocar suas respectivas liberdades naturais pela obediência ao poder político, que assim se cria. Tal poder preserva a liberdade e está apto a recorrer à violência em defesa de sua autoridade, ou seja, preservar a ordem social instituída tratando assim da segurança coletiva. O Estado – monopolizador da violência – poria fim ao conflito ilimitado através da reprodução da ordem – fator decisivo para o exercício continuado da sociabilidade. Hobbes vê na concentração despótica da violência a condição indispensável para a domesticação da violência selvagem e ilimitada, concebida como ameaça por excelência, à ordem social.

*“A força procede à razão e os valores. Dadas às disposições naturais do ser humano e as características dos cenários em que os indivíduos se encontram para o ensaio da vida coletiva, não há como esperar paz ou qualquer mobilidade minimamente equilibrada de vida comum, isto é, minimamente dotada de estabilidade e segurança. O que resulta do confronto no “estado de natureza”, quer dizer, em contexto não regido por leis politicamente definidas – cuja validade evidentemente depende de que sejam garantidas pela possibilidade do emprego da força em defesa de seu cumprimento – ou não previamente balizado por ordenamento institucional, é a guerra virtual de todos contra todos: a violência generalizada”. (Hobbes, 1979 apud Soares, 1996: p.21).*

A organização política, representada pela constituição do Estado, viabilizaria a vida social segundo a tese hobbesiana. O deslocamento da violência do centro da vida social para o núcleo institucional do poder, ou seja, subtraída das relações sociais é a condição fundamental para o estabelecimento da ordem pública.

Em contraposição temos Locke (1973) que afirma que a estruturação política não é indispensável para a vigência da ordem social, mas certamente a fortalece. Weber (1974) vê na monopolização estatal dos instrumentos da violência legítima a possibilidade de estabilização das expectativas, e no domínio das relações sociais não estatais, os fenômenos etâneos, interdependentes e mutuamente estimulantes, dizendo que ambos são fundamentais para o processo histórico de modernização. Norbert Elias (1982) realiza a conexão entre os comportamentos sociais e a concentração da violência ao afirmar que este processo significa a racionalização e a psicologização dos mesmos. A violência valoriza o uso da força em benefício próprio; a cultura do império da violência; a busca da sobrevivência em contexto altamente competitivo. Em contrapartida a ordem social busca a racionalidade estratégica; o cálculo social; e uma pauta psicológica de juízo.

O Estado também é uma agência cuja razão de ser é o exercício monopolista, atual ou virtual, da violência segundo Marx e Engels. Para os criadores do socialismo científico o Estado é concebido como instrumento a serviço da classe dominante qualquer que fosse ela. Por isso mesmo, a mudança social dependia da tomada do poder via a conquista do

Estado, a qual por sua vez era tida com possível; nesse sentido, o Estado reduzia a violência social não em benefício civilizatório, mas para manter o domínio de classes. (Engels 1964, Marx 1975, Marx e Engels 1982). Sendo assim, o pensamento marxista confunde-se com a violência, pois só seria possível controlar a violência quando fossem extintas as classes e os conflitos que delas se desencadeiam. Isto reflete uma inspiração em Rousseau – quando os homens fossem entregues a igualdade teriam a vida social pacífica. Para Marx e Engels a violência poderia ser usada para o bem.

Hegel e Kant acreditavam que os movimentos da história, apenas na aparência são aleatórios e refratários – direcionamento teológico ou sentido permanente – a história humana seguiria o governo da mão invisível em que se realizaria a astúcia da razão ou a destino do espírito.

Observa-se que diversas são as teses no campo das ciências sociais que estudam a exploração do homem pelo homem, sempre tendo como fio condutor à exploração política e a injusta distribuição de renda, principalmente, quando se fala de países como o Brasil, subdesenvolvidos. O descontentamento popular (revoltas), a inquietação social, o aumento da criminalidade; são alguns reflexos comuns em sociedades com alto grau de desigualdade; por exemplo, no Rio de Janeiro muitos são os casos de delitos contra o patrimônio público, roubos, assaltos, latrocínios, etc. As práticas das relações sociais realizam-se através de diferentes esferas onde os fenômenos sociais atuam em categorias distintas: religião, moral, arte, economia, política, ciência e direito, porém é entorno do fenômeno econômico que todas giram.

E a violência no sentido trabalhado nesta monografia está vinculada ao ato máximo da violência – o assassinato, a que inspira tese de Hobbes, onde não seria possível uma vida em sociedade se a violência não for subtraída dos cidadãos e dada ao controle do poder público. O que vemos no Rio de Janeiro é uma guerra não declarada, onde uma média de 20.000 assassinatos por ano tem este valor principalmente devido às ações da chamada violência legítima, mais precisamente a força policial. Os casos destacados pelo O Globo, porém são aqueles que se distanciam da “norma”, ou seja, casos em que a morte não provém da violência oficial. Pensemos então em Locke e Webber: existe uma ordem social no atual quadro de violência urbana no Rio de Janeiro? É de bom tom dizer que a busca de um padrão nos dados oficiais da violência cria formas de controlar o meio de vida das

pessoas diretamente ligada a possíveis áreas crítica. Uma vez que, se refletirmos sobre esta questão podemos dizer que os dispositivos de segurança estão intimamente ligados a divulgação de padrões estatísticos, pois seria importante buscar padrões que orientem políticas de governo; porém, neste trabalho não discutiremos políticas públicas.

### ***Criminalidade:***

Todo o fenômeno social possui causa e efeito, sendo que a causa é a fonte geradora ou origem do efeito. Os nexos de causa que tornam viável o efeito são os fatores, causas dos fenômenos sociais que constituem campos de pesquisa das ciências sociais. A presente monografia apresenta causas e fatores da criminalidade contemporânea como parte fundamental do projeto de pesquisa proposto. De natureza antropológica, genética, econômica, referente ao meio ambiente, ao meio social; as causas complexas da criminalidade têm na injustiça social uma de suas origens.

Orlando Soares define fator criminógeno:

*“Tudo aquilo que, pelas suas características ou condições contribui, concorre ou enseja a prática do crime, servindo de nexo entre este e a causa do mesmo, correspondendo hoje tais questões ao vasto campo de estudo que se denomina criminogênese”.*(Soares, 1978 p.22).

Sobre o Direito Penal, este já afirmava no final dos anos 70 para um alarmante aumento da criminalidade:

*“Se por um lado procuram-se, no plano legislativo e doutrinário, soluções mais eficazes de repressão e defesa, por outro, contempla-se alarmante crescimento da criminalidade violenta como fenômeno mais ou menos generalizado”.* (Lições de Direito Penal, p. 57 e 58. S. Paulo, 1977).

Percebe-se que um esforço criminalista doutrinário moralista, com base em um Direito Penal puramente técnico-jurídico ou lógico abstrato – essencialmente repressivo – mostra-se ineficaz. Orlando Soares chama a atenção para um profundo estudo das causas e fatores criminógenos para que seja possível a eliminação dos mesmos através do estabelecimento de uma nova ordem social mais justa e mais fraterna. Para o autor a roda da História da humanidade caminha em direção ao socialismo científico de Marx, porém por conveniência ou ignorância a sociedade capitalista tem trabalhado para a manutenção do status quo, trabalhando assim, na verdade contra a força do progresso social.

E a criminalidade em si? Como seria possível defini-la? Orlando Soares busca em Roberto Lyra, que escreve sobre o Direito Penal, uma definição para a criminalidade: “é o conjunto dos crimes socialmente relevantes e das ações ou omissões que, embora previstas pela lei, merecem a reprovação máxima”. E continua: “crime é o fato social das mais graves conseqüências jurídicas e não fato jurídico de aspectos sociais”. Pois, para Lyra o crime não é uma entidade jurídica – como entendia certa corrente de penalistas. As causas propriamente ditas da criminalidade são sociais. E as causas das causas da criminalidade? “A doença mental é a causa do crime? E qual é a causa da doença mental, sua exteriorização, seu endereço? Que impede a assistência, a internação, o tratamento, a vigilância?” Concausas são as influências do meio natural, e as cargas trazidas ou adquiridas pelo indivíduo. “Regressão atávica” (Economia e Crime, 1937) são conseqüências de sofrimentos de gerações desgraçadas. O Direito Penal aponta para a existência de uma tara mórbida responsabilizada pelo crime que seriam os fatores mais ou menos distantes no torvelinho da anamnese, pois a cota hereditária é mantida, se não agravada, propiciada, provocada. (Direito Penal Científico – Criminologia, Rio, 1974, p. 171 e segs.).

Neste ponto, o meio influenciando o indivíduo. Torna-se muito fácil para um leitor de jornal (com o perfil do jornal *O Globo*<sup>2</sup>) atribuir a total culpa de caso de latrocínio ao autor do crime. O que quero colocar a partir desta leitura é: o autor do crime tem culpa e deve pagar pelo crime cometido, porém a reflexão das causas e concausas deste tipo de crime nunca é estimulada pela simples leitura de um jornal. A questão do meio: Quais foram às políticas habitacionais adotadas pelo Governo do Estado e pela Prefeitura desde o

---

<sup>2</sup> Discutiremos mais profundamente sobre o perfil do *O Globo* no Capítulo 3 da monografia.

início dos anos 80? Para que setores da cidade do Rio de Janeiro estão direcionados os investimentos do poder público? Os resultados das políticas educacionais de base no Estado têm se mostrado na maior parte dos casos: positivos ou negativos? Qual a diretriz que rege as políticas de segurança pública? As respostas a estas perguntas têm conexão com o caso imaginado; e, para que se haja realmente algum tipo de progresso na atual situação de segurança pública no Rio de Janeiro, a sociedade civil deve refletir sobre estas questões.

Soares cita ainda Gabriel Tarde que afirma que o sistema de virtudes, a organização social, não foi mais freqüentemente modificada durante o curso da história como os crimes e vícios, ou seja, os conceitos de moral e delito variam no tempo e no espaço em função da organização social, das condições econômicas, políticas e religiosas. O Direito Penal, dentro desta estrutura, é a disciplina mais ligada à moral, com objetivo de tutela. A moral não é um sistema normativo único, pois o comportamento humano varia de sociedade para sociedade e através do tempo. Hoje podemos afirmar que vivemos numa moral capitalista. A moral, assim, constitui-se de um fato histórico, um aspecto da realidade humana, mutável com o decorrer do tempo. Por exemplo, no final do século XVIII, a escravidão ainda era aceita em muitas nações, no Brasil inclusive, fato que hoje a escravidão recebe a reprovação máxima da sociedade e constitui crime. Mas a moral capitalista, não reprovava a exploração do homem pelo homem, pois esta moral ainda funciona sob o pragmatismo de interesses e privilégios da classe dominante, portanto, por mais que possa variar, o sistema moral sempre converte em direitos a proteção do poder público em detrimento do capital. Orlando Soares define a evolução histórica da lei pena:

*“... instrumento através do qual as ações humanas, definindo e limitando os defeitos fundamentais do cidadão, tais como liberdades e garantias individuais, livre manifestação de pensamento, direito de reunião, de associação, de greve etc, impondo penas – de caráter pecuniário, privativas de liberdade ou de morte – na hipótese de transgressão das normas que compõem o Direito Penal positivo, cosubstanciado nos códigos e na legislação penal extravagante.” (Soares, 1978 p. 25).*

Neste sentido, a repressão penal vista como solução de problemas como a injustiça social; o desamparo à infância e à velhice; controle de revoltas decorrentes da exploração capitalista; é, na verdade, cruel e desumana, preconceituosa e obscurantista, na visão de Orlando Soares. O autor busca na criminologia um caminho para o combate à criminalidade, definido esta ciência como: um meio de explicar porque o homem se comporta à margem da lei, porque agride e mata; também, descobrir e explicar os fatores da criminalidade, com objetivo de fornecer ao poder público os meios necessários para evitar, preventivamente, o aparecimento de novos delinquentes. (Direito Criminal 1977).

Esta concepção é muito criticada por penalistas que vêem em cada criminoso um doente, e com isso eles estabelecem que a criminologia está não só atenuando o comportamento criminoso, como também, enfraquecendo os mecanismos de repressão e defesa da sociedade. Trata-se de um entendimento irreal e equívoco, segundo Soares, pois a criminologia não tem por objetivo atenuar ou agravar a situação do homem criminoso, e sim, a pesquisa das causas que influenciam ou determinam a comportamento ou conduta criminosa.

Para a criminologia existem três causas fundamentais, definidas com fundamentação científica através de experiências empíricas, para o comportamento criminoso. A primeira trata-se das causas endógenas (antropológicas, genéticas, psicológicas, patológicas: relacionadas à hereditariedade e à distúrbios psíquicos); causas exógenas mesológicas (referentes ao meio ambiente, decorrentes da poluição atmosférica, sonora e aquática, utilização nociva de adubos, conservante, detergentes, inseticidas, pesticidas, resíduos industriais, radioeletricidades, radioatividades, drogas, remédio nocivo, etc); e as causas sociológicas (referentes ao meio social, tais como desigualdade e injustiças sociais, desenvolvimento econômico desordenado e elitista, desassistência social; emprego nocivo dos meios de comunicação, etc). Estas causas levam à deformação do comportamento humano, aumentando a agressividade e por seguinte a criminalidade, e, é na causa sociológica que vemos a principal causa para os crimes que esta monografia analisa.

Segundo as Novíssimas Escolas Penais, o fator econômico não é o único fator criminógeno, mas é o principal, sua eliminação causaria uma drástica redução da criminalidade, o que levaria a identificação e eliminação dos demais fatores. Sobre isso,

Roberto Lyra diz: “sem solução da questão social, não haverá solução criminal; o crime, na sociedade atual, resulta das causas econômicas ou a estas ligadas; a pena, na sociedade atual, ainda tem o caráter, pelo menos prático de castigo”.

Todas estas matrizes conceituais continuam ativas e populares atualmente. Diferentes estudos e concepções às vezes contraditórias como em Marx e Elias e Rousseau e Kant aparecem como significados diferentes dados à violência, como por exemplo, a violência abominada pelo cristianismo e a celebrada pela Grécia guerreira clássica, constituem diferentes perspectivas ético-culturais. Portanto, as ciências sociais devem estender ao máximo a hipótese de que as superposições tópicas não impliquem, necessariamente, consenso, seja conceitual, seja valorativo; devem estender ao máximo a superposição de que haja heterogeneidades.

Percebe-se, que o conceito de criminalidade trabalhado está intimamente ligado ao conceito de violência, e que o tratamento do crime através da repressão ostensiva, não tem mostrado os resultados esperados pelo poder público, já no início da década 1980.

## **A Violência no Rio de Janeiro:**

### ***Os Nomes da Violência no Rio de Janeiro:***

O já citado autor a pensar na violência urbana no Rio de Janeiro é Luiz Eduardo Soares, que realizou, em 1996, um estudo sobre opinião pública a respeito do fenômeno da violência. Os dados para esta pesquisa, obtidos através de uma sondagem realizada pela Globo-IBOPE em 1984, revelou para Soares que a violência no Rio tem quatro nomes: miséria, pecado, crime e corrupção. Estes quatro nomes foram identificados nos discursos analisados pelo estudo.

O autor trabalha com 72 (setenta e dois) casos, dando ênfase ao sistema de questões abertas, buscando o máximo de densidade analítica com uma amostra precisa e segura. Obtêm como resultado pretensões indutivas amplas e seguras, sendo possível à construção de modelos passíveis de testes suplementares e a elaboração de estatísticas confiáveis.

Foram identificados cinco tipos discursivos básicos dentro de quatro sentidos atribuídos à violência: crime, pecado, miséria e corrupção.

O nome pecado segue uma linguagem religiosa (falta coletiva). A natureza dos discursos é ambivalente, ou seja, destaca a própria condição humana como passível de perversão. Há o predomínio dos valores religiosos, com uma interpretação que tende a desindividualizar a responsabilidade pelos crimes. O autor observa também o desinteresse por temas políticos, sociais, jurídicos, policiais ou relativos a formas de punição.

Um outro discurso destaca a moralidade deteriorada e as formas de revivalismo ético como causas da violência: o nome da violência é corrupção. A corrupção ou traição de valores (moral) é o que caracteriza este discurso. Este coincide com características do discurso religioso – desinteresse por temas políticos, sociais, jurídicos, policiais ou relativos a formas de punição, porém, não há compromisso religioso no discurso.

Os discursos políticos – o nome da violência é miséria – demonstram preocupações com o estabelecimento de conexões entre causas e conseqüências da violência, a qual deixa de ser o centro do discurso. “O crime, a violência e, dizer-se-ia a marginalidade são conseqüências da ordem social vigente e não causas de que a primeira precede.” (Soares, 1996, p. 13) É o que diz Luiz Eduardo Soares sobre a natureza deste tipo de discurso. A prática criminosa é um problema que requer soluções terapêuticas; suas raízes são sociais, políticas e *econômicas*. Há, portanto, neste discurso, um deslocamento do significado da violência, que tem sua fonte na miséria – o verdadeiro significado da violência.

O último nome na violência identificado nos discursos é crime. Dois tipos de discursos compõem este quadro: o despótico e o crime. O crime é caracterizado por um discurso econômico, e, por isso, resistente à classificação. Frequentemente composto por um par de sugestões políticas tratando o crime como um fenômeno isolado.

O Crime despótico é o mais importante na pesquisa de Luiz Eduardo Soares, por ser o mais freqüente e por caracterizar um pólo de referência estratégico para a disposição dos tipos de discursos, pois é o único a apresentar características muito marcantes que o afasta dos outros tipos discursivos. Neste discurso a violência é igual a crime, e as soluções sugeridas desprezam mediações institucionais ou legais – onipotência do Estado na forma de Leviatã. São sugestões que mobilizam grandes recursos e onde não há possibilidade de defesa ou mediação das vidas humanas, negando o espírito jurídico e agredindo as

conquistas liberais. Trata-se de um discurso que não se acostumou às condições modernas do Estado racional de bases democráticas.

Este fato, segundo Luiz Eduardo Soares revela uma possível agenda para o estudo de problemas de cultura política, através de pesquisas de opinião pública, sendo que níveis de renda e escolaridade deveriam ser variáveis importantes para estas futuras pesquisas.

Seguindo esta orientação, esta monografia trabalha com o tipo discursivo despótico, pois trata de casos de assassinatos, o ato máximo da violência. Escolhendo este discurso, o autor da monografia não está afirmando concordar com ele, mas sim ver como o jornal *O Globo* assimila este discurso através da verificação de quais casos de assassinatos foram escolhidos para serem noticiados.

A política de confronto com os traficantes através de incursões da polícia nas favelas revela uma tendência despótica do governo no tratamento do problema do tráfico de drogas. Esta posição contribui para a ocorrência de muitos dos casos de assassinatos e maioria deles não são os que são escolhidos para serem noticiados pelo *O Globo*. Porém, podemos adiantar que a configuração da comparação entre os casos de assassinados contabilizados pelo ISP e aqueles noticiados pelo *O Globo*, assim como os perfis dos casos mais destacados, revelam que o Jornal em questão não tem interesses em discutir se esta atitude despótica por parte das autoridades incumbidas do combate à criminalidade vem atuando de forma positiva no que diz respeito a um possível decréscimo dos índices de assassinatos. Indaga-se assim se o discurso despótico, apontado como o principal na pesquisa de Luiz Eduardo Soares influencia também o editorial do Jornal trabalhado na monografia.

Leonarda Musumeci (2002) elucida bem a questão da postura despótica do governo quando se trata de definir a forma como a polícia deve combater o crime:

*“Sem contar o envolvimento direto de parte da Polícia com o mundo do crime, a violência policial se alimenta da mentalidade bélica que tem inspirado as políticas de segurança no Rio de Janeiro e em outras áreas do país, e que ainda predomina amplamente sobre a percepção do papel da Polícia como agência de construção social da paz e aplicação equitativa da Lei. Poucos temas exibem com tanta clareza a incompletude do processo*

*brasileiro de transição democrática: seja no discurso e na ação dos órgãos de segurança, seja no senso comum de boa parcela da sociedade, o uso excessivo, ilegal e seletivo da força policial continua a ser tolerado, quando não estimulado, em nome da pretensa necessidade de se travar uma “guerra” contra o crime. A mudança dessas idéias e práticas é um dos maiores desafios que hoje se apresentam, não só para as políticas de controle da criminalidade – já que a resposta violenta tem-se mostrado absolutamente ineficaz -, mas também para a construção plena da democracia e do Estado de Direito no Brasil.” (Musumeci, 2002 p.8)*

Segundo Soares, o que esta amostra revelou, configura a seguinte hipótese: “Metamorfose adiada: a hipótese regressiva da eticização da violência, quando leviatã absenteísta ocupa o centro do imaginário político” (Soares, 1996, p. 14).

*“As divergências de opinião podem expressar mais do que discordâncias quanto a diagnósticos e terapias relativos à violência, podem se constituir na ponta visível de um desacordo muito mais profundo e extenso, dificilmente acessível para os próprios portadores das distintas concepções em foco; é ilícito e plausível supor que a divergência atinja o próprio cerne da questão ou, em outras palavras, denote a existência de compreensões opostas sobre o que seja “ violência” ou “crime” – que o questionário tende a tornar com um termo, por assim dizer, neutro, com significação dada, como que naturalmente – e, mais ainda, sobre o que seja – e mesmo se concebível – o avesso da violência, isto é, tudo aquilo que supostamente poder-se-ia definir como uma sociedade pacificada, harmoniosa, boa, justa, feliz, desejável ou “não violenta”.”(Soares, 1996, p.24).*

Isto, porque, a centralidade do tipo despótico revela a ausência de uma contrapartida liberal, pois há uma autêntica presença de valores positivos e uma persuasão política democrática, onde o discurso político não constitui uma alternativa antagônica. A agenda

para os movimentos sociais tendenciais possíveis, neste contexto histórico – cultural seria o aprofundamento da institucionalidade democrática, como sugere Luiz Eduardo.

A metamorfose adiada está na proposta de Norbert Elias, onde para o famoso filósofo, o nascimento do Estado conecta-se diretamente com o monopólio da violência pelo mesmo. O que ocorre é a normatização da vida social, suprimindo a violência imposta pelas interações sociais as quais passam a ser regidas por regras ordenadas. Para Elias este processo desencadeou um início restrito da normatização nas cortes, o que depois foi estendido para o conjunto da sociedade e com isso a politização e psicologização das relações sociais.

A política estaria na conquista de crescentes recursos de poder ou de influência em processos decisórios. E a psicologia seria um espaço produzido pela descoberta da diferença entre manifestações individuais e intenções subjetivas entre sinais aparentes e movimentos internos da vontade, da emoção e da fantasia.

Gera-se assim a abertura de novos pontos de vista ou chaves de compreensão do mundo para diagnósticos sobre problemas públicos ou privados. A razão estratégica, sob a vigilância estatal destaca-se sobre a antiga valorização de virtudes guerreiras. Para, Luiz Eduardo Soares a situação constatada é a seguinte:

*“...reinstalou-se, como virtualidade permanente dada, a imediaticidade da violência, com o seu rosário de conseqüências e inclusive, as implicações indiretas que os argumentos de Norbert Elias nos podem ajudar a perceber. Todavia, é preciso deixar claro que esta ajuda só é concebível porque consideramos a tese de Elias, breve e simplificada resumida acima, antes um modelo analítico do que descrição histórica inteiramente comprometida com a circunscrição empírico tematizada.” (Soares, 1996, p. 48).*

O que há, portanto, é o declínio da politização e psicologização das relações sociais. No caso brasileiro, o Estado – com papel central – tem seu poder hipervalorizado, possuiria a capacidade de intervenções de imensa magnitude e profundidade com: obras gigantescas, deslocamentos humanos formidáveis em escalas quase transcendentais. Há a evocação de

um Estado tirânico com a proposta de: esterilização de mulheres pobres, desalojamento de favelas, assassinio de acusados e regulação de fluxos migratórios. Fica evidente os valores despóticos de decisões, autojustificáveis, independentes do juízo democrático da esfera pública; compatíveis com o desprezo pela política; expressão de um déficit de percepção da complexidade psicológica envolvida nas trajetórias individuais. A responsabilidade da violência, na opinião popular, é a ausência do Estado.

A situação descrita compara-se com o estado de natureza hobbesiano – momentos que antecederam a formação dos Estados Nacionais na Europa. A diferença do estudo de Norbert Elias para a Europa e o Brasil é que enquanto na Europa pré-formação dos Estados Nacionais há uma valorização da violência sócio-cultural tendo como objetivo delimitá-la e regulá-la, no Brasil pré-eleições diretas, há uma nostalgia por Leviatã e anseia-se por seu retorno fortalecido, caracterizando uma via antimoderna, nas palavras de Luiz Eduardo Soares.

O que o autor conclui é que características no contexto histórico como a inflação, a paranóia, a “apartheid social”, a vigilância mútua, a separação entre elite e submundo; alimentam o discurso despótico. Uma contrapartida moderna, onde os valores e virtudes cívicas, comprometidas com a coisa pública, teriam no espaço comum, condições sócio-culturais que revelariam disposição para a metamorfose.

A data em que foi realizada a pesquisa GLOBO/IBOPE, 1984, coincide com a campanha pelas eleições diretas para presidente, sendo possível dizer que há uma ressonância da mobilização política nas respostas, a qual é difícil de se especificar o grau de influência, porém as opiniões tendem às inclinações aos padrões mais democráticos. Trata-se de uma sondagem, a população foi submetida a uma redução aleatória, o que constitui uma deficiência metodológica. O título da sondagem – “O Rio Contra o Crime” – também demonstra um enviesamento ou distorção não intencional da amostragem obtida, demonstrando uma aparência enganosa de seleção aleatória dos entrevistados.

Detecta-se uma intenção frustrada – a penetração equilibrada e sob razoável controle em distintas camadas sócio-econômicas. Pois, o Rio apresenta população com distintas escolaridades, socialização política e graus de exposição à violência que não seguem um padrão de distribuição geográfica regular. Exemplificando, Tijuca, Zona Sul e

Centro, foram locais onde ocorreram maior participação de entrevistados e constitui bairros com população com maior poder aquisitivo.

O título da pesquisa e o ordenamento das perguntas – respostas possíveis – levam o entrevistado a render-se a definições e opiniões do ‘senso comum’, sendo um mero tripulante de um discurso público e midiático, constituindo assim um “jogo de cartas marcadas” – o inverso da metamorfose. As perguntas direcionadas diretamente para crime revelam que este constitui uma expressão patológica que necessita ser reduzido. Estas não propiciam a emergência de pontos de vista variados ou virtualmente valorativas suficientemente ricas e diversificadas – falta disposição para a metamorfose – esbanja-se etnocentrismo.

Esta pesquisa realizada há 24 anos revela uma tendência despótica do Globo, podemos dizer que mesmo com as flutuações dos índices de criminalidade nestes anos, o nível sempre foi alto. Constatando esta tendência, reforça-se a escolha do discurso despótico para ser trabalhado no decorrer da monografia. Toda esta argumentação sobre os o crime despótico de Soares reforça a tese de que a política repressiva do governo carioca é reflexo desta centralidade do discurso despótico no imaginário popular; que continua a ser o principal. Mais uma vez uma pesquisa que visa comparar estas duas fontes de informação tem grandes possibilidades de apresentar resultados frutíferos para uma visualização representativa do quadro da criminalidade no nosso município.

### ***O Binômio Tráfico/Violência:***

A categoria de crime que está sendo trabalhada nesta monografia é o homicídio doloso. Antes de discutirmos mais profundamente sobre a violência no Rio de Janeiro, cabe agora caracterizar as vítimas e os praticantes mais comuns desta modalidade de crime. Homens constituem 90% das vítimas e a faixa etária mais recorrente é entre 15 e 39 anos. Existem poucos dados sobre os assassinos, mas acredita-se que sejam também na grande maioria homens ainda jovens. Os dados apontam que menos de um terço dos presos são réus de crimes violentos.

O que devemos revelar é que a faixa etária mais crítica vai dos 15 aos 19 anos entre os homens. É nesta idade que pela falta de alternativas de trabalho e fonte de renda, muitos ingressam no tráfico de drogas. Uma vez dentro é muito raro o retorno a uma vida de empregos formais ou ao menos que não sejam criminosos. Uma política que tenha como alvos jovens de áreas carentes na idade citada e que objetive ingresso no mercado de trabalho representa um objetivo muito importante.

Quanto ao número de mulheres presas, o valor representa 3,7% dos homens presos. O assassinio de mulheres e também as mulheres que cometem tal crime têm a motivação na maioria das vezes ligada violência doméstica.

Tais informações provem de Leonarda Musumeci, que publica na internet pelo site do CESEC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania) um artigo<sup>3</sup> no qual ela cita Cano e Santos, onde eles caracterizam as variáveis da criminalidade.

*Não são claras as relações de causa e efeito entre variáveis sócio-econômicas - renda, emprego, desigualdade - e propensão a cometer homicídio (a mencionada escassez de dados sobre os autores de crimes letais é um dos motivos da dificuldade de identificar essas relações). Há evidências inequívocas, porém, de que as vítimas estão fortemente concentradas nos estratos de renda mais baixos e nas áreas mais pobres das cidades, onde também se concentram os agressores conhecidos. Noutras palavras, se o nível geral de pobreza parece insuficiente como causa direta, ou como explicação para diferenças nos índices de homicídio entre cidades, estados e países, não resta dúvida de que, dentro das cidades, ser pobre e morar em áreas pobres implica maior risco de exposição à violência letal (cf. Cano e Santos, 2001 apud Leonarda Musumeci).*

No Rio de Janeiro é evidente a relação violência/tráfico de drogas, por isso, torna-se importante neste momento à leitura correta de como este fenômeno vêm atuando na Metrópole Carioca, a partir dos anos 80. São os casos de violência vinculados a ação dos

---

<sup>3</sup> Boletim de Segurança e Cidadania ano 1 / nº2 – julho de 2002 Homicídios no Rio de Janeiro: Tragédias em busca de Políticas. Leonarda Musumeci.

traficantes que se baseiam nas favelas que mais motivam a visibilidade social do crime no Rio de Janeiro, o que será parte fundamental posteriormente para o desenvolvimento da monografia proposta; pois, o que propomos como metodologia de análise, é uma comparação entre os dados formais e as notícias jornalísticas sobre violência.

Marcelo Lopes de Souza, Prof<sup>o</sup> Dr. do Departamento de Geografia da UFRJ, publica em 2000, *O Desafio Metropolitano*. Um estudo da crise metropolitana brasileira que coloca em pauta as tensões e conflitos decorrentes desta crise, a qual, segundo Lopes é uma síntese de várias crises: ecológica, capitalista, de valores, do Estado, etc.

O capítulo deste estudo colocado em pauta por esta monografia é especificamente aquele em que Marcelo Lopes dedica sua atenção ao fenômeno do tráfico de drogas e da criminalidade violenta. Portanto, este estudo tem fundamental importância para a discussão proposta sobre a violência no Rio, uma vez que, a ação violenta dos traficantes tem como consequência o aumento da dicotomia entre a cidade formal e a informal, acarretando em uma corrosão moral tanto dos moradores das favelas como dos moradores da cidade formal.

Somente nos anos 80 ocorre um salto qualitativo tanto no tráfico como no consumo destas drogas, esta época marca uma transformação, segundo Souza. O que antes se restringia ao uso tradicional de maconha e um uso restrito de cocaína, passa a ter, nas favelas, loteamentos periféricos e conjuntos habitacionais, uma base logística de apoio ao tráfico de drogas. É, a partir de 80, que o comércio de cocaína e outras drogas começa a apresentar crescente aumento da lucratividade, tendo como consequência o armamento pesado adquirido pelos traficantes; e, quadrilhas mais estruturadas, mesmo que não fossem altamente coesas e centralizadas.

É neste ponto que a dinâmica do tráfico de drogas se torna importante para o tema específico da monografia. O que estamos analisando são os casos de homicídios, a maior parte deles são assassinatos cometidos por armas de fogo, as quais provem principalmente deste armamento adquirido por traficantes. Os traficantes têm como prática também realizar incursões no “asfalto” para realizar ganhos através de assaltos, que muitas vezes acabam por se tornarem latrocínios. O que é de conhecimento comum é o comércio de armas dentro da favela, não é difícil adquirir armas nos ambientes de bases logísticas dos traficantes – as favelas e loteamentos irregulares. Outro problema gerado por este

armamento dos traficantes é o confronto com a polícia, que gera muitas vítimas, as quais muitas vezes são pessoas inocentes mortas no meio dos tiroteios. Ainda há os assassinatos cometidos pelo tráfico para garantir a intimidação e o poder sobre os moradores das favelas. Cabe citar mais uma vez o artigo de Leonarda Mesumeci, onde a autora busca no ISER, caracterizar as armas de fogo um vetor dos homicídios ocorridos no Rio de Janeiro:

*Alguns estudiosos comparam as armas de fogo a vetores de doenças epidêmicas: sejam quais forem às causas primárias da “epidemia” de violência, as armas são o seu principal instrumento propagador (cf. ISER, 2002 e Soares, G. 2000). Entretanto, o controle da venda, da posse e do porte de armas no Brasil tem sido muito menos rigoroso do que a repressão às drogas - como se estas fossem, por si mesmas, muito mais perigosas e letais. O coquetel explosivo, tudo indica, está na combinação entre tráfico ilegal de drogas e facilidade de acesso às armas de fogo: sem estas últimas, o primeiro teria um poder infinitamente menor de gerar e disseminar violência. (Musumeci, 2002, p.7)*

*O fácil acesso a armas de fogo não é causa primária da criminalidade, mas aumenta sobremaneira o seu grau de violência e letalidade. Segundo informações do sistema de saúde, o Município do Rio de Janeiro, em 1998, tinha a terceira maior taxa de mortes por armas de fogo entre todas as capitais brasileiras; nesse mesmo ano, 68% dos homicídios intencionais no município foram provocados por projéteis de armas de fogo (PAF); as mortes por PAF superaram todas as outras causas de morte (doenças e acidentes) de rapazes na faixa etária de 15 a 19 anos; o índice de óbitos por armas de fogo, tanto nessa faixa, quanto na imediatamente superior (20 a 29 anos) girava em torno de 100 por cem mil habitantes, o dobro da taxa geral de homicídios registrada na cidade; apenas 23% do total de pessoas feridas intencional ou acidentalmente por arma de fogo no mesmo ano sobreviveram à primeira internação. E, ao contrário do que em geral se veicula, a esmagadora maioria (83%) das*

*armas a serviço do crime é de fabricação nacional; 78% delas são revólveres e pistolas, que podem ser adquiridos legalmente e que são desviados por diversos caminhos para os arsenais criminosos (ISER, 2002 apud Leonarda Musumeci)*

Marcelo Lopes cita Alba Zaluar (1994), que confirma – o tráfico de drogas depende da violência (intimidação) – garantia de lealdade e da disciplina, por não buscar respaldo na lei e na polícia. Isto é, a proteção do negócio; por exemplo, de guerras entre quadrilhas rivais.

É debatido se a violência pode ter uma classificação urbana:

*“Parece muito mais produtivo reservar a expressão violência urbana para as diversas manifestações da violência interpessoal explícita que, além de terem lugar no ambiente urbano, apresentam uma conexão bastante forte com a espacialidade urbana e/ou com problemas e estratégias de sobrevivência que revelam ao observador particularidade ao se concretizarem no meio citadino, ainda que não sejam exclusivamente “urbanos” (a pobreza e a criminalidade são, evidentemente, fenômenos tanto rurais quanto urbanos) e sejam alimentados por fatores que emergem e operam em diversas escalas, da local à internacional.” (Souza, 2000 p.52).*

É importante neste momento sublinhar que o tráfico de drogas e o alto índice de homicídios no Rio de Janeiro estão diretamente ligados. O Estado do Rio de Janeiro é o segundo com maior taxa de homicídios pela taxa de cem mil habitantes por homicídios, perdendo apenas para Pernambuco<sup>4</sup>. Leonarda Musumeci, cita Luiz Eduardo Soares que caracteriza esta relação que pretendemos discutir:

---

<sup>4</sup> PE 52,3 / RJ 50,9 homicídios por 100 mil habitantes. Dados de 2000: Fonte: Waiselfisz (2002), com base em dados do Ministério da Saúde/ Sistema de Informações de Mortalidade.

*“Pesquisas não sistematizadas indicam que grande parte dos homicídios no Rio de Janeiro está associada à dinâmica de mercados ilegais, em particular a do tráfico de drogas e de armas. O envolvimento com essas atividades aumenta sobremaneira a chance de alguém se tornar vítima de morte violenta intencional. Sabe-se muito pouco, diretamente, sobre os perpetradores, pois a Polícia fluminense só consegue esclarecer uma pequena parcela dos casos de assassinato que registra. Mas sabe-se que jovens pobres, negros, moradores de áreas carentes, envolvidos direta ou indiretamente com o tráfico, são maioria entre as vítimas de homicídio no estado do Rio de Janeiro”. (Soares, L. E., 1996 e 2000 apud Leonarda Musumeci).*

Marcelo Lopes lembra, também, a tese de Norbert Elias, a qual diz que o processo civilizatório em curso levaria a uma ordem social coesa, o que não é constatado através dos fatos observados nas metrópoles brasileiras. Outro paradigma quebrado por Marcelo Lopes é a inexistência de uma dicotomia entre o mercado de drogas interno e externo, uma vez que, a existência de rotas internacionais do tráfico de drogas pode atuar como estímulo ao consumo de drogas; também, porque, o subsistema de varejo e o subsistema de importação/exportação/atacado mantêm estreita relação entre si, já que redes ilegais do tráfico são superpostas sobre a rede urbana brasileira. Além disso, o subsistema de varejo não se restringe aos varejistas baseados em favelas e outros espaços residenciais pobres, operam também em diferentes pontos da cidade “legal”: restaurantes, boates, instituições de ensino, apartamentos de classe média. O autor vai além dizendo:

*“O referido destaque igualmente escamoteia o fato de que, no que tange aos traficantes baseados em favelas, está-se diante, no máximo de médios traficantes e não de “grandes chefões” do tráfico. Seja como for, sob o ângulo de sua visibilidade pública e de seus efeitos sobre o nível de violência urbana, as quadrilhas baseadas em favelas no Rio de Janeiro são, realmente, um caso extremo.” (Souza, 2000 p.56).*

O grande poder de fogo, a ousadia e o nível de estruturação encontrado nas organizações criminosas no Rio de Janeiro, sob a forma de comandos, não é comparável a nenhuma em outra cidade do país. Por isso, deve-se o fato do surgimento, nos anos 80, o surgimento do “mito da marginalidade”, ou seja, “só há traficantes nas favelas”, o que configura uma assimilação simplista.

Mais uma vez o autor utiliza o estudo de Alba Zaluar, que diz que nas favelas existem os trabalhadores – a maioria da população – e os “bandidos”, descrevendo uma relação entre eles: “os trabalhadores” têm uma certa “solidariedade” como os bandidos” por estes também serem favelados, mas estes devem respeitar os trabalhadores”.

A população trabalhadora seria assim vítima do sistema e os traficantes também seriam vítimas, porém Souza afirma que se deve ter cautela ao falar do envolvimento de favelados com traficantes, indo mais a fundo em como se dá esta relação.

Primeiramente, Marcelo Lopes diz que o envolvimento da “comunidade” com o tráfico não se resume a uma assimilação simplista trabalhadores/bandidos, pois existem diversos níveis de envolvimento que um favelado pode ter com o tráfico, por exemplo, a endolação – o preparo da droga para ser vendida. Existem também, o gerente da “boca-de-fumo”; o soldado, que faz a segurança do ponto de venda de droga; o olheiro, que fica no alto da favela vendo quando o polícia chega; os aviões, que levam a droga até o cliente e os aviõezinhos, que levam recados dos traficantes para outros traficantes e normalmente são crianças. Todas estas categorias são, na verdade, empregados do tráfico e recebem uma remuneração por seus serviços.

Outro tipo de envolvimento, apontado por Souza, ocorre quando os traficantes dão presentes para “comunidade”. Por exemplo, dinheiro, individualmente; churrascos, coletivamente, ou algo duradouro como uma quadra esportiva. Isto é feito com o objetivo de conquistar a simpatia da população local através de benefícios passivos.

Os familiares daqueles que trabalham diretamente com o tráfico também dependem do dinheiro gerado pelo tráfico, o que caracteriza um certo nível de envolvimento. Os birosqueiros, fornecedores de quentinhas e etc, situados nas favelas também se beneficiam do movimento de pessoas gerado pelo tráfico, e seus familiares também dependem de certa forma desta circulação promovida pelos traficantes. Todos estes níveis de envolvimento são apontados por Souza.

Com isso, podemos concluir que, na verdade, a realidade nas favelas é bem diferente daquela sugerida por Alba Zaluar. Souza estima que 15% da população favelada esteja envolvida com o tráfico, porém alerta que estimativas sobre o tipo de envolvimento devem ser feitas com extrema cautela. Define assim este envolvimento:

*“Nenhuma das categorias acima referidas pode ter seu comportamento interpretado moralisticamente. A vinculação com a economia ilegal se dá sobre a base de uma racionalidade econômica, aplicada à luz da realidade social de um país marcado por uma proverbial desigualdade de oportunidades, notadamente no que tange ao acesso a bons empregos no setor formal da economia, e não por qualquer “desvio moral” ou “inclinação patológica para o crime”. (Souza, 2000 p.66).*

*“Para os favelado (e demais pobres urbanos vinculados à economia ilegal) “estar envolvido” é, assim, uma estratégia de sobrevivência e uma vicissitude (Souza, 1996c; Campos, 1998) e não uma questão de escolha, muito menos uma “opção de vida a ser condenada sob um ângulo moralista hipócrita”. (Souza, 2000 p.67).*

O que pode ocorrer, segundo Souza é uma relação tirânica entre o tráfico e a “comunidade” local, principalmente quando o “dono” do morro ou chefe local não possui elos afetivos com a população da favela, por exemplo: quando um morro é tomado ou um traficante ou quando este é redirecionado pelo “comando” para outra favela. Isto caracteriza um gênero de intimidação. A guerra entre traficantes, às incursões da polícia, os grupos de extermínio caracterizam situações que deixam claro que os moradores da favela são vítimas inocentes. Segundo diversos relatos de moradores de favelas colhidos por Souza, o morador da favela tem muito mais medo da polícia que dos traficantes o que caracterizado por frase de um morador: “a insegurança é a polícia”. A violência na favela é o custo acarretado pela presença do tráfico, mas não o único, por exemplo, a manipulação das associações comunitárias pelo tráfico, acarretando a perda da legitimidade destas associações perante o poder público.

A grande questão que se deve destacar é a erosão de certos valores e normas tradicionais que eram presentes nos moradores da favela até o início dos anos 80. A banalização da morte parece ser o caráter mais importante a ser destacado. Uma vez que, tirar a vida de alguém passa a ser visto como algo compensatório para ter algum ganho através de assaltos, percebe-se que a presença de quadrinhas fortemente armadas nas favelas é decisiva para o aumento dos casos de homicídios. Muito desta corrosão do comportamento dos traficantes pode ser associado à idade cada vez menor dos traficantes e também ao consumo de drogas pelos próprios traficantes, algo que anteriormente era altamente condenável. O uso de mão-de-obra infantil pelo tráfico também é digno de preocupação no que diz respeito à corrosão do caráter dos favelados. Porém, Souza lembra “que não se deve ignorar que o culto à violência e sua banalização são fenômenos mundiais; a rigor, as favelas são, em primeiro lugar, apenas caixas de ressonância desses subprodutos da crise civilizatória em que se acha enredado o capitalismo tardio em escala global”. (Souza, 2000 p.73).

*“... No entanto, é bom sublinhar que o tráfico e o comportamento dos traficantes, mais causas, são acima de tudo conseqüências: a erosão dos valores não começa nas favelas e muito menos a ela se restringe; os maus exemplos que vêm “do alto” (cinismo, corrupção, desrespeito pela coisa pública, individualismo exarcebado) exercem um efeito devastador sobre a moral popular”. (Souza, 2000 p.80).*

É bom sublinhar também a questão policial, no estudo apresentado por Souza, o autor cita moradores que afirmam que a insegurança é a polícia. Buscando apoio na bibliografia sobre o tema encontramos um artigo publicado no site do CESEC, de autoria de Jacqueline Muniz; Domício Proença Júnior e Eugênio Diniz que debatem “O uso de força e ostensividade na ação policial”, publicado pelo Grupo de Estudos Estratégicos – COPPE/UFRJ. Um dos problemas centrais está na falta de debate científico em distinguir o uso da violência e o recurso à força das polícias. Uma das conseqüências é a banalização da “brutalidade policial” como uma mítica banalização da violência.

*“O ônus desta indistinção é imenso para a sociedade, sobretudo para as organizações policiais, que se vêem na situação impossível de ter que tomar decisões em ambientes de incerteza e risco sem qualquer critério que as oriente quanto à propriedade das alternativas adotadas.” (Muniz, Júnior e Diniz, 1999 p.1).*

A consequência pode-se dizer está na perda da identidade de uma polícia voltada para a “proteção social”. Os autores chamam atenção para as dicotomias que surgem tanto no interior das forças policiais; como na sociedade civil, como: “polícia força versus polícia serviço” e “operacionalidade versus direitos humanos”.

*“Quando este falso bom senso contamina as próprias organizações policiais, a questão se reveste de uma dramaticidade ainda maior. Ao tomarem, de boa fé, a idéia de que o uso da força só se daria de forma episódica, tópica e extrema, os policiais acabam por excluir de suas técnicas um elemento central para a boa resolução de seu trabalho: o uso comedido da força.” (Muniz, Júnior e Diniz, 1999 p.3).*

Esta falta do uso comedido reside no estado de guerra em que os policiais vivem no Rio de Janeiro. A constante ameaça contra os policiais os leva a estar sempre prontos a usar o máximo da brutalidade para proteger suas vidas. Consta-se este fato ao observar-se o alto índice de policiais mortos em serviço no Rio.

Um dos ônus acarretados por esta situação passa a ser a prática comum do abuso da violência mesmo em situações que não necessitam dela. A cultura da violência contra cidadãos (principalmente os favelados) é passada dos policiais de alta patente para os de baixa, tornando assim a regra todo o policial ser truculento e abusar da brutalidade.

Leonarda Mesumeci, também chama atenção para o problema da questão policial dentro desta temática da violência no Rio de Janeiro. Alguns dados fornecidos pela autora podem elucidar bem esta questão: dez por cento (10%) dos homicídios dolosos, em 1995, foram cometidos por policiais (358 pessoas); em 2000 dezesseis (16%) dos homicídios foram cometidos por policiais militares. Outras relações interessantes colocada pela autora

estão entre mortos, feridos e presos: para cada opositor ferido a polícia matou 2,7 pessoas; e, para cada preso sem ferimentos, a polícia matou 3,3 pessoas. Dados que correspondem a informações da polícia civil entre 1993 e 1996. Em 2000, constatou-se que apenas 12<sup>5</sup> das 37 Delegacias de Polícia registraram setenta por cento (70%) dos homicídios; destas cinco representam quarenta por cento (40%) dos homicídios, todas estas DPs incluem favelas em suas áreas de atuação. A autora caracteriza nas seguintes passagens à violência policial:

*Além de excessiva e freqüentemente ilegal – com evidências, em diversos casos, de que os “opositores” foram executados. queima-roupa depois de rendidos, ou foram mortos pelas costas enquanto tentavam fugir -, a violência policial é altamente seletiva: mata mais nas favelas do que no asfalto, mata proporcionalmente mais negros do que brancos, mata muito mais nos bairros pobres do que nos bairros ricos da cidade (Cano, 1997 e 2000, apud Musumeci, 2002)*

*Outra face dessa moeda é a taxa de assassinatos de policiais militares, que, em 1995, na cidade do Rio de Janeiro, era seis vezes maior que a taxa geral e duas vezes maior que a taxa masculina de homicídios dolosos da cidade, além de a vitimização letal em serviço ser 27 vezes maior que a registrada na polícia de Nova Iorque e 8 vezes maior que a registrada na polícia de Los Angeles no ano de 1986 (ano em que a criminalidade violenta estava em plena ascensão nos grandes centros urbanos dos EUA). Não deve ser por acaso que os batalhões cariocas que apresentaram maiores taxas de morte de civis pela PM durante o período 1994-1996 foram também os que tiveram os mais altos índices de assassinato de policiais (Muniz e Soares, 1998 apud Mesumeci, 2002)*

---

<sup>5</sup> As doze delegacias que registraram maiores números de vítimas de homicídio nesse ano foram as de Campo Grande (312), Bangu (217), Santa Cruz (195), Pavuna (161), Bonsucesso (114), Piedade (108), Realengo (102), Ma rechal Hermes (99), Ma d u reira (77), Jacarepaguá (75), Brás de Pina (74) e Honório Gurgel (73).

Outro problema que o tráfico trás para as áreas de favelas é no sentido de que as obras nas favelas no sentido de urbanizar tais áreas às vezes esbarram em problemas com traficantes como ameaças e tiroteios. Mesmo que reformas puramente urbanísticas não sejam suficientes, como indica Souza, sua realização faz parte de um processo que levaria a integração à economia formal da economia informal que existe nas favelas. Um programa de revitalização das favelas deve ter como metas à melhora da auto-estima dos favelados e a elevação de suas rendas, trabalhando sempre o exercício da cidadania. A participação da população na tomada de decisões também é outro fator fundamental apontado por Marcelo Lopes. O tráfico de drogas exerce, assim, um verdadeiro bloqueio do desenvolvimento sócio-espacial autêntico.

*“... geneticamente articulado com um panorama marcado por uma profunda injustiça social e acarretando, ele mesmo, elevados custos sóciopolíticos e social-psicológicos de longo prazo para os próprios favelados, o comércio ilegal de tóxicos no Brasil atual representa, dadas as suas implicações, um entrave adicional a um projeto de desenvolvimento que não seja escravo do economicismo e da razão instrumental”. (Souza, 2000 p.81).*

A criminalidade, a violência e o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Esta tríade tem clara conexão entre si e podemos observar isto com mais clareza após a leitura dos autores propostos na introdução deste projeto de monografia. O que fica claro é que para os estudos apresentados, é no fator econômico que repousa o grande desafio de desenvolvimento sócio-espacial.

Marcelo Lopes de Souza aponta que o tráfico de drogas exerce um verdadeiro papel de enclave ao desenvolvimento sócio-espacial e político no Rio de Janeiro. Luiz Eduardo Soares demonstra em seu estudo que a percepção da população carioca sobre a violência aponta pela preferência de medidas autoritárias, que não levam em consideração a questão social como fator primordial da criminalidade.

É, portanto, no fator econômico que repousa a causa primordial para o exercício da criminalidade. O que estamos analisando consiste em verificar em uma fonte jornalística

destina a camadas mais abastardas da população carioca quais foram os casos de assassinatos destacados dentre aqueles contabilizados pelo ISP – um órgão oficial do governo estadual que monitora os níveis de criminalidade no Estado. Após as considerações realizadas podemos nos indagar se de alguma forma esta representação que estamos propondo revela convergências e divergências entre a monitoração do crime e a visibilidade dada a este fenômeno pelo Jornal *O Globo*; e, se revela intenções de manter “longe dos olhos” das classes médias e altas dos cariocas os desdobramentos cotidianos de uma política de confronto com os traficantes.

### **A Problemática dos Dados Oficiais:**

Os dados oficiais da criminalidade devem ser sempre problematizados, pois se refletirmos sobre como é, na prática, realizada tal contagem iremos nos deparar com distorções. Neste caso, estamos preocupados com as distorções espaciais de uma possível representação temática de duas modalidades de crime: o homicídio doloso e o latrocínio.

Como é contabilizado um homicídio? Pode ser através de uma denúncia; o encontro de um cadáver; uma pessoa que esteja desaparecida há muito tempo; testemunhas oculares; ou, um flagrante de crime. Todas estas possibilidades nos levam a pensar que, assim como toda a representação da realidade, as estatísticas oficiais produzidas por instituições da segurança pública contêm distorções que devem ser consideradas para qualquer pesquisa social sobre a temática da violência.

Buscamos mais uma vez o texto de Mesumeci (2002), onde se caracteriza de forma sucinta como um homicídio pode ser contabilizado: pelos dados da polícia civil, baseados nos registros de ocorrência; e pelos dados do sistema de saúde, baseados nos certificados de óbito. Há sempre uma diferença entre esses dois tipos de contabilização. Sempre os dados do sistema de saúde contabilizam mais homicídios, pois qualquer agressão seguida de morte e caracterizada como homicídio. No caso dos dados policiais existem quatro classificações: (1) homicídio doloso quando há intenção de matar; (2) latrocínio – roubo seguido de morte – classificado como crimes contra o patrimônio; (3) lesões corporais

seguidas de mortes, pois não há intenção de matar; (4) civis mortos por policiais – “autos de resistência”.

Outros problemas consistem na não correção dos dados da polícia civil quando, por exemplo, há o encontro de cadáver ou ossada, ou ainda morte suspeita ou desaparecimentos (muitos destes casos englobariam homicídios dolosos). Também nos casos em que o registro é feito como lesão corporal dolosa ou tentativa de homicídio e a vítima vem a falecer depois; as planilhas policiais não são corrigidas.

Mesusmeci compara estas duas fontes de informação:

*“Isto não significa que os dados da Polícia Civil sejam menos confiáveis ou menos relevantes que os da Saúde – como algumas vezes se ouve dizer. É perfeitamente possível montar séries quase idênticas de homicídios com dados das duas fontes, usando métodos estimativos e fazendo com que uma fonte corrija a outra (cf. Cano e Santos, 2001). A maior dificuldade reside no acesso aos dados policiais necessários para efetuar tais ajustes e correções. O governo Garotinho, por exemplo, desde o ano 2000 passou a divulgar mensalmente alguns indicadores de criminalidade no Diário Oficial e pela Internet, entre eles o número de homicídios dolosos e de latrocínios (roubos com morte) registrados por delegacia, mas, ao mesmo tempo, barrou totalmente o acesso de pesquisadores às planilhas completas da Polícia Civil, tornando inviável a mensuração dos outros tipos de registro que também envolvem mortes violentas intencionais”. (Mesusmeci, 2002 p.14).*

Neste trabalho de monografia optou-se por trabalhar com os dados do ISP (Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro) que correspondem aos dados da polícia civil. Uma vez considerando os apontamentos citados percebe-se que o que estamos representando aqui não corresponde à realidade dos homicídios ocorridos no município do Rio. Tão poucos estão representando as mortes de civis por policiais, porém o que se constitui nosso objetivo não é avaliar a realidade dos homicídios como um todo, mas verificar como

dialogam duas fontes distintas de informações (os dados oficiais dos órgãos que monitoram os índices de criminalidade e os dados de um Jornal específico – *O Globo*).

Ao realizar estudo sobre a temática dos dados criminais, em 1995, Michel Misse coordenou um projeto de pesquisa envolvendo diversos alunos; dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Núcleo de Pesquisa sobre o Poder e Estudos Contemporâneos do Laboratório de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

Discutindo tal problemática, Misse, destaca que logo percebe-se que o “problema das fontes” do estudo do crime como objeto social, cria dificuldades nos níveis analíticos e empíricos. Este ‘problema’ especificamente criado é difícilimo de deslindar nos diferentes níveis da elaboração social.

A hipótese levantada por Michel Misse configura um sentido de que na avaliação da contabilidade oficial do crime, é preciso considerar a seletividade social, que não é apenas policial e judiciária. Para o autor, o discurso da “cidadania ideal” reflete a hipótese levantada:

*“de que há amplo respaldo social e legitimidade política (embora nem sempre legal, e em ambivalência do imaginário de “cidadania ideal”) para essa seletividade social porque a direção hegemônica das agências de vigilância, repressão e punição está construída sobre a visibilidade social de certos tipos de crimes e de agentes, mais que outros” (Misse 1997: p.4).*

Ou seja, a seletividade está presente em todas as formas de representação da violência. E o discurso da cidadania ideal, brandido pelas classes média e alta, pressiona ações e políticas sobre, principalmente, os moradores das favelas aumentando esta seletividade. Este discurso cobra uma postura igual de cidadãos de uma mesma cidade, porém uma cidade dividida: de um lado moradores da cidade formal, que cumprem suas obrigações fiscais e cobram resposta desde investimento compulsório; de outro cidadãos da favela e da periferia onde o poder público não chega e as oportunidades de se viver “dentro da lei” são reduzidas pelas necessidades de se adotar estratégias informais para se sobreviver.

No código penal de qualquer nação ou na legislação internacional, o que constitui o “crime” é *uma ação proibida para qual, constituída a responsabilidade do(s) agente(s), serão aplicadas sanções institucionais*. Esta definição carrega uma imensidão de ações possíveis, porém, neste trabalho está-se trabalhando apenas com o homicídio ou latrocínio.

Corroborando com os argumentos de Misse (1997) podemos citar a dissertação de mestrado de Tatiana Silva Pereira – Imaginário Espacial e Discurso: o caso das Favelas Cariocas e o Discurso dos Jornais – apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pereira (2000) busca compor o padrão do discurso da imprensa escrita acerca das favelas cariocas; e, para isto, analisa a paisagem sócio-espacial do Rio de Janeiro: uma cidade profundamente fragmentada, onde se torna lugar comum chamar o Rio de Janeiro de “cidade partida”<sup>6</sup>, os bairros formais em contraposição as favelas; os cidadãos e os não-cidadãos. Pereira problematiza essa questão, sistematizando como esta paisagem fragmentada divide a identidade dos cariocas.

*“O carioca apresenta uma identidade dúbia (e dupla). Para o olhar externo, todos são habitantes da “Cidade Maravilhosa”, motivo de orgulho e comunhão. Internamente a realidade é outra: as fronteiras estão construídas entre diferentes grupos sociais, pautadas numa territorialidade de origem social, estruturada sobre um imaginário que opõe bem e mal, “bons cidadão” pagadores de impostos, com direito à cidade, a “maus cidadãos”, aos quais restam a ação da polícia e desprezo dos governantes.” (Pereira, 2000 p.10).*

Outro artigo, intitulado de A Geografia da Violência na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2006) de autoria de Leonarda Mesumeci, Gabriel Fonseca da Silva e Greice Maria S. da Conceição, publicado pelo CESEC, focaliza a distribuição espacial de sete tipos de ocorrências violentas registradas pela polícia na Região Metropolitana entre elas o homicídio doloso e o latrocínio. Uma passagem do texto evidencia o problema aqui levantado quando se está trabalhando com uma representação espacial da violência construída a partir de dados da polícia.

---

<sup>6</sup> Alusão ao Livro de Zuenir Ventura (1994) Cidade Partida.

*“Os homicídios dolosos constituem exceção por serem de notificação obrigatória e também porque, nesse caso, as estatísticas policiais podem ser controladas pelas de outra fonte, o Datasus/Ministério da Saúde. Vale ressaltar, porém, que, desde o início dos anos 1990, aumentaram expressivamente no estado do Rio as ocorrências de “pessoas desaparecidas”, muitas das quais são vítimas do tráfico de drogas ou da própria polícia, cuja morte não chega a ser registrada como homicídio nem nos dados policiais nem nos do Datasus – o que talvez esteja contribuindo para ampliar a distância entre a realidade da violência letal e os indicadores oriundos de ambas as fontes.” (Mesumeci Fonseca Conceição, 2006 p.5)*

Outro problema levado pelos autores são os autos de resistência, que já foram aqui comentados, as mortes de civis cometidas por policiais:

*“Sublinhe-se também que os autos de resistência, único indicador disponível para violência policial, reportam somente as mortes de civis oficialmente reconhecidas e atribuídas a confrontos, não sendo estimável o número de execuções e extermínios praticados, mas não registrados pela polícia, nem tampouco a violência policial que não resulta em morte das vítimas.” (Mesumeci Fonseca Conceição, 2006 p.5).*

*“Ainda sobre esse indicador, é importante ressaltar a relação entre número de civis mortos pela polícia e de policiais mortos em serviço, embora só disponhamos desta última informação a partir do ano de 2003. A correlação espacial mostrada no gráfico 9, para o período 2003-2005, parece apoiar uma explicação muito comum no discurso da polícia: a letalidade e a vitimização policiais são maiores nas áreas mais violentas, porque nelas é mais duro o “combate” ao crime. Trata-se, porém, de uma meia-verdade, que omite outras causas prováveis, como a existência de diferentes orientações para a ação e diferentes subculturas policiais em*

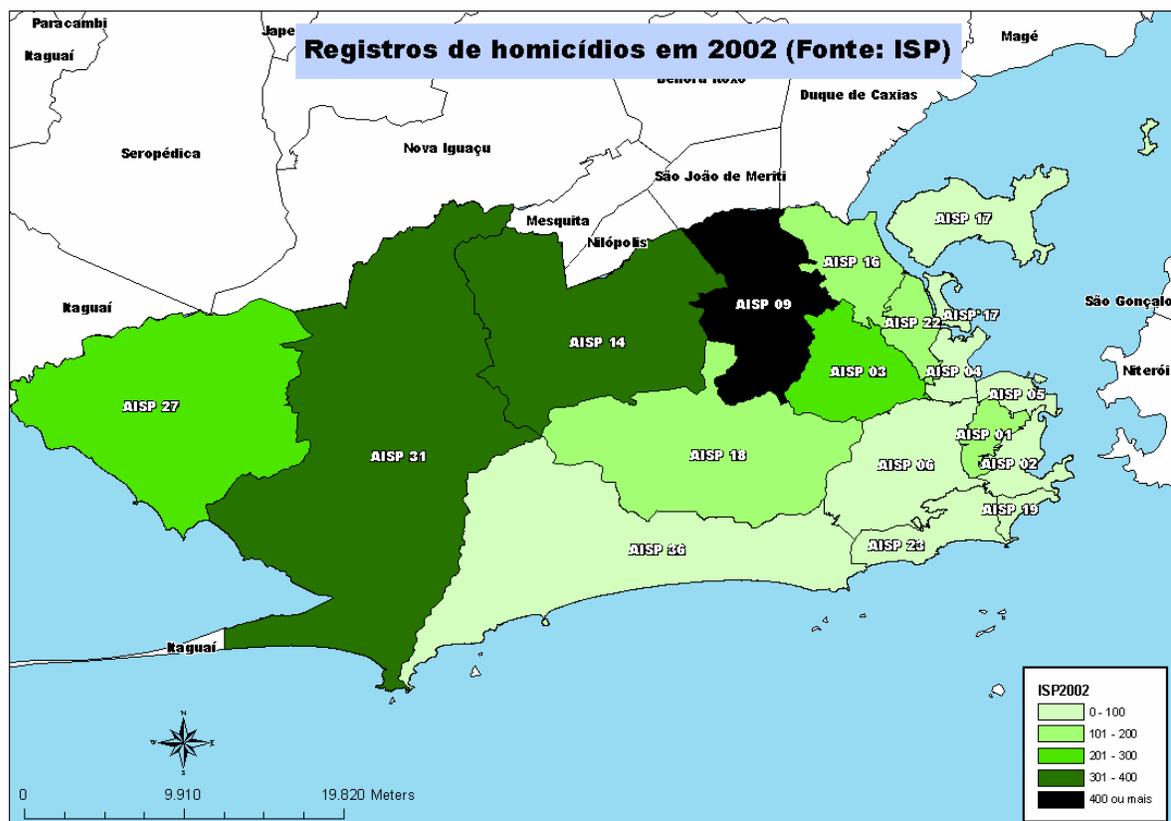
*diferentes zonas da cidade e da região metropolitana, conforme sejam áreas ricas ou pobres e segundo o capital social dos seus moradores. Vale dizer, os mesmos elementos que “atraem” a violência criminal para algumas áreas, mais do que para outras, possivelmente também funcionam como salvo-conduto para o uso extremado da força pela polícia, cujos efeitos são um altíssimo número de civis mortos e a exposição dos próprios policiais a um risco de morte muito elevado.” (Mesumeci Fonseca Conceição, 2006 p.13).*

A partir desta visibilidade social que a prática de crime na forma de assassinatos adquiri dos órgãos oficiais de monitoramento da criminalidade (ISP), passemos a visualizar, espacialmente, como estão distribuídos pela cidade os casos de assassinatos. Segue primeiro a relação de bairros por AISPs.

<b>AISP</b>	<b>Bairros</b>
<b>1</b>	Catumbi, Cidade Nova, Estácio, Rio Comprido e Santa Teresa.
<b>2</b>	Catete, Cosme Velho, Flamengo, Glória, Laranjeiras, Botafogo, Humaitá e Urca.
<b>3</b>	Cachambi, Méier, Abolição, Encantado, Piedade, Pilares, Engenho Novo, Jacaré, Jacarezinho, Riachuelo, Rocha, Sampaio, São Francisco Xavier, Água Santa, Engenho de Dentro, Lins de Vasconcelos, Todos os Santos, Del Castilho, Engenho da Rainha, Inhaúma, Maria da Graça e Tomás Coelho.
<b>4</b>	Caju, Mangueira, São Cristóvão e Vasco da Gama.
<b>5</b>	Centro, Gamboa, Santo Cristo e Saúde.
<b>6</b>	Maracanã, Praça da Bandeira, Tijuca, Alto da Boa Vista, Andaraí, Grajaú e Vila Isabel.
<b>9</b>	Colégio, Irajá, Vicente de Carvalho, Vila Cosmos, Vila da Penha, Vista Alegre Campinho, Cascadura, Praça Seca, Quintino, Bocaiúva, Cavalcanti, Engenheiro Leal, Madureira, Turiaçu, Vaz Lobo, Bento Ribeiro, Marechal Hermes, Oswaldo Cruz, Acari, Barros Filho, Costa Barros, Parque Colúmbia, Pavuna, Coelho Neto, Honório Gurgel e Rocha Miranda.
<b>14</b>	Anchieta, Guadalupe, Parque Anchieta, Ricardo de Albuquerque Campo dos Afonsos, Deodoro, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Realengo, Vila Militar Bangu, Gericinó, Padre Miguel e Senador Camará.
<b>16</b>	Brás de Pina, Complexo do Alemão, Olaria, Penha, Penha Circular, Cordovil, Jardim América, Parada de Lucas e Vigário Geral.

17	Bancários, Cacuia, Cidade Universitária, Cocotá, Freguesia, Galeão, Jardim Carioca, Jardim Guanabara, Moneró, Paquetá, Pitangueiras, Portuguesa, Praia da Bandeira, Ribeira, Tauá e Zumbi.
18	Anil, Cidade de Deus, Curicica, Gardênia Azul, Jacarepaguá, Taquara, Freguesia (Jacarepaguá), Pechincha, Tanque e Vila Valqueire.
19	Copacabana e Leme.
22	Benfica, Bonsucesso, Higienópolis, Manguinhos, Maré e Ramos.
23	Ipanema, Leblon Gávea, Jardim Botânico, Lagoa, Rocinha, São Conrado e Vidigal.
27	Paciência, Santa Cruz e Sepetiba.
31	Barra da Tijuca, Camorim, Grumari, Itanhangá, Joá, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande e Vargem Pequena.
39	Campo Grande, Cosmos, Inhoaíba, Santíssimo e Senador Vasconcelos Barra de Guaratiba, Guaratiba e Pedra de Guaratiba.

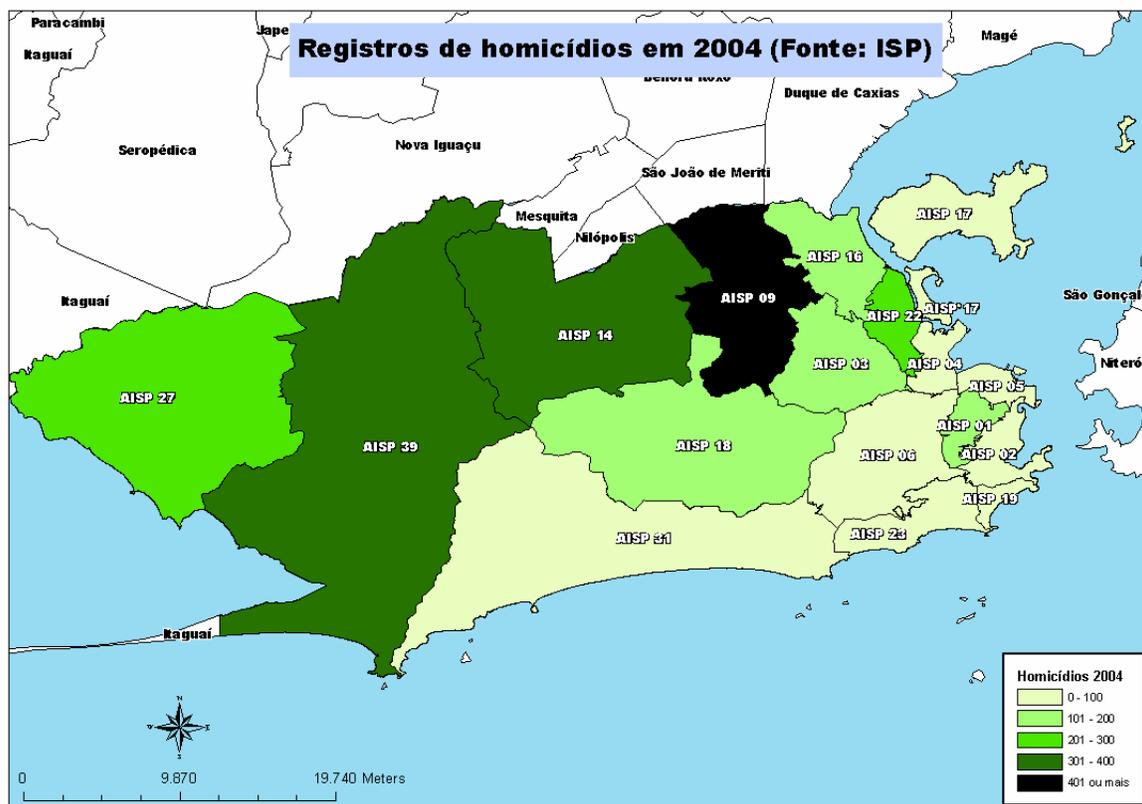
Passemos agora a avaliar os mapas construídos para a análise espacial da representação da violência pelos dados oficiais.



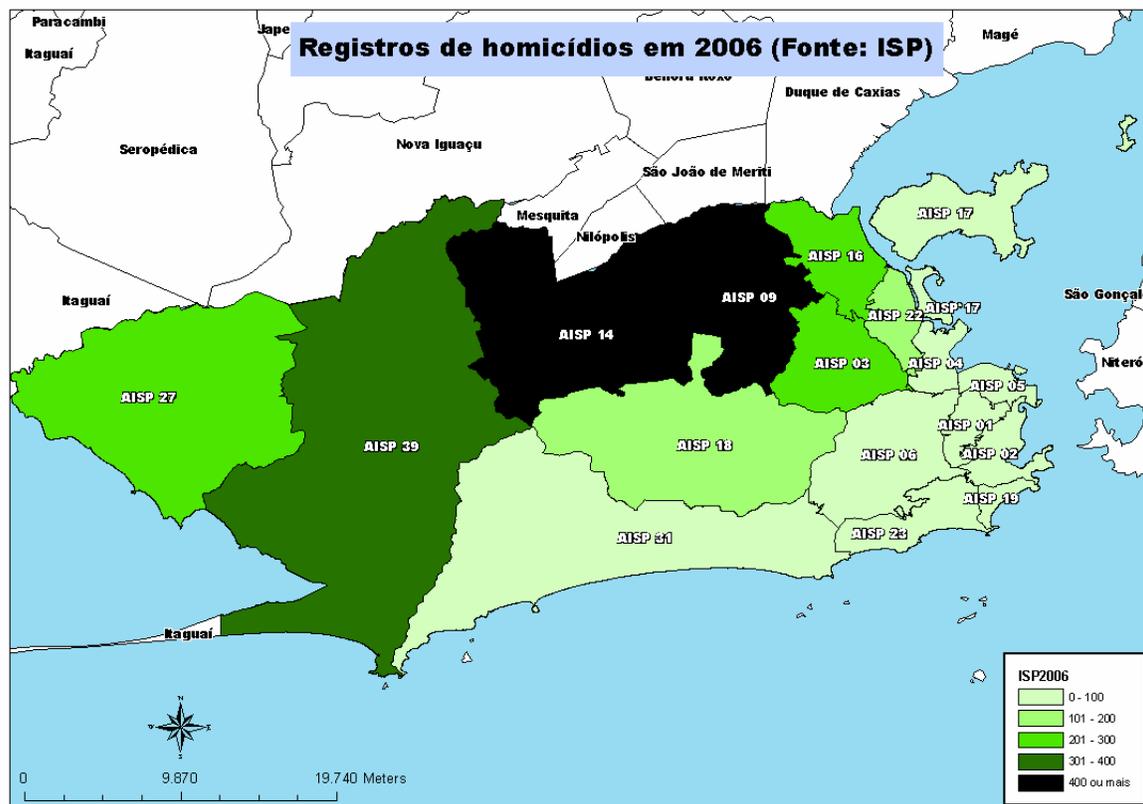
O mapa acima se refere ao ano de 2002. Primeiramente deve-se fazer uma observação quanto a nomenclatura das AISP, a qual foi modificada a partir do ano de 2004: a AISP 31 no mapa de 2002 refere-se a área nomeada de AISP 39 nos mapas de 2004 e 2006; e, a AISP 36 nos mapas de 2004 e 2006 recebe o nome de AISP 31.

Ao observarmos este mapa o que fica mais evidente é o seguinte: a área que compreende a principal entrada rodoviária da cidade, as AISP 09 e 14, onde está localizada a Avenida Brasil é a que recebe a classificação mais crítica entre as áreas no mapa. A AISP 31 que representa a Zona Oeste também recebe classificação alta de homicídios no ano. Outra observação importante é divergência entre uma relação direta entre tráfico e homicídios, o que é corroborado pela observação do mapa de 2004 e que será explicitado na análise do próximo mapa.

O mapa a seguir refere-se ao ano de 2004. Ele foi construído a partir de dados do ISP referentes ao ano em questão. As mortes compreendem a soma de latrocínios e homicídios dolosos do ano. Elas estão divididas segundo as áreas integradas de segurança pública do município.



A principal pergunta que os mapas nos colocam é: qual a relação entre as taxas de homicídio e o tráfico de drogas? Para responder devemos considerar que; apesar do tráfico de drogas estar presente em toda a cidade; é de conhecimento comum que existem áreas na cidade de grande importância para a dinâmica do tráfico: áreas que servem como principais bases logísticas, e, áreas que são os principais pontos de venda de varejo. E quais são estas áreas no mapa? As bases logísticas seriam o Complexo do Alemão e as Favelas da Maré (AISPs 16 e 22); os pontos principais de venda, as favelas da Zona Sul, Tijuca e Centro (AISPs 01, 02, 04, 05, 06, 19 e 23). Estas áreas: as que estão localizadas o complexo do Alemão e Maré receberam classificação média em relação aos números de homicídios contabilizados; e, as favelas da Zona Sul, Tijuca e Centro classificações mais baixas. Podemos assim, afirmar que apesar da grande visibilidade do tráfico, as modalidades de crime homicídio doloso e latrocínio não estão diretamente associadas ao tráfico se considerarmos esta representação. Temos que considerar práticas tanto do tráfico quanto da polícia, quando se trabalha com os dados que sistematizamos: a prática de carbonizar corpos em pneus, o que deixa difícil contabilizar as mortes praticadas pelo tráfico; a prática da polícia de levar cadáveres de uma área para outra para que o homicídio não seja contabilizado na área de atuação do policial que resgatou o corpo. Porém, este mapa pode justificar uma maior repressão policial nas áreas citadas? Ou o caso de uma maior repressão policial seria justificado nas AISPs 09 e 14 (o eixo da Avenida Brasil) e também na Zona Oeste (AISPs 27 e 39), áreas que receberam classificações mais altas. O que podemos afirmar é que estas áreas aparecem como as mais problemáticas na questão dos assassinatos, são áreas de pouca visibilidade social. A tragédia dos homicídios está acontecendo “longe dos olhos” dos principais leitores do Jornal *O Globo*, entendidos como os moradores das áreas mais nobres e tradicionais da cidade.



O Mapa a cima também foi construído a partir de dados do ISP, refere-se a mortes por homicídios dolosos e latrocínios registrados pela polícia civil do Rio de Janeiro referentes ao ano de 2006.

Comparando com os Mapas de 2002 e 2004, a configuração apresentada corrobora com as análises anteriores. Fica mais evidente que o eixo da Avenida Brasil constitui a área mais problemática da cidade (AISPs 09, 14) e que a Zona Oeste (AISPs 27 e 39) é a segunda área mais crítica. Devido a pequenas variações, o contraste entre as Zonas mais ricas e os bairros mais pobres ficou mais evidente podendo ser identificado três níveis de violência entre a Av. Brasil e a Zona Sul. As áreas que contemplam a maior concentração de favelas o complexo do Alemão e da Maré continuam a aparecer em classificações médias para baixais (101 – 200 Mortes/Ano). O que podemos concluir é que a relação entre favela, homicídio e latrocínio não é direta. Podemos indagar que talvez exista uma relação mais direta com o sistema de transporte da cidade, pois o eixo da Av. Brasil aparece três vezes como a área mais problemática, talvez a presença de vias expressas possa ser considerado um fator, que em certos contextos, concentra criminalidade. Podemos concluir

também que a lógica dos casos de homicídios dolosos e latrocínios contabilizados pelo ISP segue um certo padrão.

Mais uma vez podemos recorrer ao estudo realizado pelo CESEC em 2006 para corroborar as conclusões aqui apresentadas.

Mesumeci, Fonceca e Conceição (2006) ressaltam o fato de que os problemas de segurança estão divididos muito desigualmente no interior da capital e que este fato está muitas das vezes ofuscada pelo debate genérico sobre a “violência carioca”, principalmente pela maior exposição jornalística dos crimes que ocorrem nas “zonas” nobres da cidade. É chamada à atenção de que estas áreas mais nobres têm taxas de violência letal bem menores que os subúrbios, periferias ou áreas que concentram grande número de favelas.

Os autores indicam as mesmas áreas que identificamos (AISPs 09 e 14, que é chamada de Zona Norte 2 e AISPs 27 e 39, Zona Oeste) como sendo as mais problemáticas no que se refere a cinco modalidades de criminalidade: roubo de veículos, autos de resistência, homicídio doloso, roubos a transeuntes e roubos em coletivos.

Por sua vez identificam a Zona Sul, Barra/Jarepaguá, Ihas e Centro como as áreas menos violentas, exceto nos casos, respectivamente, de roubo a residência, lesão corporal dolosa, relação roubo/furto de veículos e roubo a transeuntes.

Os autores finalizam o artigo com a seguinte conclusão:

*“A enorme desigualdade sócio-econômica entre distintas áreas da RMRJ muito provavelmente é um dos fundamentos da concentração espacial da violência. Desigualdade que se traduz em diferenças não só da renda média, como também de outras condições que, direta ou indiretamente, “protegem” contra a violência: educação, regularização fundiária, habitação formal, serviços urbanos formais, áreas de lazer, espaços culturais, iluminação pública e assim por diante. Traduz-se também na distribuição assimétrica do policiamento ostensivo, geralmente concentrado nas zonas mais ricas e com maior visibilidade social.”*  
(Mesumeci Fonceca Conceição, 2006 p.17).

Podemos ver que a grande questão dos diferentes discursos sobre a criminalidade gira em torno da visibilidade social do crime em diferentes áreas da cidade. Passemos agora

ao próximo capítulo, onde avaliamos a representação construída a partir dos dados da imprensa escrita (*Jornal O Globo*).

### **A Problematização dos dados do Jornal *O Globo*:**

Segundo Mauro Wolf, a notícia não é um fato é um meta fato, selecionado por motivos intrínsecos e atribuídos a ela própria, como afirma Motta em *Imprensa e Poder* (2002).

É importante relatar o tratamento jornalístico dado à questão da violência urbana. Para isto foi consultado um artigo publicado em dezembro de 2005 pelo CESEC de autoria de Silvia Ramos e Anabela Paiva, com o título de “Mídia e Violência – Como os Jornais retratam a Violência e a Segurança Pública no Brasil”.

O artigo chama a atenção para o dado de que entre 1980 e 2002, 695 mil brasileiros foram assassinados, o que coloca o Brasil entre os países mais violentos do mundo. A partir desta perspectiva, é ressaltado que a mídia alterou suas estratégias de cobertura. Deixou de lado práticas sensacionalistas de cobertura policial; para uma busca de qualificação e reconhecimento na área de comunicação dos profissionais que trabalham nos editoriais voltados para a cobertura desta área.

A pesquisa desenvolvida preocupou-se em realizar uma análise quantitativa das tendências da cobertura através da análise da produção jornalística sobre violência e segurança pública. Como a temática proposta tem uma grande abrangência o foco foi centrado na **violência urbana**.

Entre os Jornais pesquisados, *O Globo* e *O Dia* assumiram uma posição de destaque no volume de notícias sobre violência publicadas nos dias da amostra, respondendo juntos por 37,3% do total. Entre os veículos formadores de opinião, *O Globo* é claramente o que mais se dedica à cobertura da violência. O Rio de Janeiro aparece com destaque como centro geográfico das notícias sobre violência, criminalidade e segurança. Esta informação serviu como base para escolha do jornal *O Globo* como fonte de pesquisa dos dados midiáticos.

Os jornais do Rio são fortemente centrados nas questões locais, o que pode ser associado à crise de segurança pública vivida pelos cidadãos fluminenses, também reflete uma tentativa dos jornais de denunciar, analisar e debater tal temática. Porém, esta estratégia deixa de fornecer aos leitores a possibilidade de comparação com outros locais.

Ao mesmo tempo, as características dos textos analisados indicam que a violência ainda é tratada como uma questão local. O perfil das amostras indica ser muito restrito o espaço dedicado a textos analíticos ou opinativos. A maior parte de textos analisados compunha-se de notas informativas, sem qualquer tipo de contextualização, e houve uma baixíssima ocorrência de editoriais, colunas ou artigos assinados abordando a violência ou a segurança pública.

Os casos individualizados compõem a grande maioria das matérias, por exemplo: um homicídio, um assalto, uma prisão. E quando a questão é um crime, tal perspectiva torna-se quase unânime (99,1% dos casos). Ramos e Paiva (2005) chamam atenção também que o homicídio é de longe a prática criminosa mais noticiada, principalmente nos jornais cariocas.

A cobertura como foco nas forças policiais, na grande maioria dos casos (83,9%), relatam ou privilegiam a atuação policial, deixando de lado um importante tipo de informação sobre o próprio aparelho policial e seus elementos estruturantes, de cujo bom funcionamento depende uma eficaz presença das forças de segurança na sociedade. Trata-se de uma cobertura pautada pela informação rápida, em geral vinda das próprias unidades (delegacias e batalhões) de polícia. Os autores assim descrevem tal constatamento:

*“Prece haver, portanto, um descompasso entre as críticas à situação da segurança pública no Brasil e a ausência de uma postura mais pró-ativa da imprensa no controle social das políticas e das instituições públicas responsáveis, vale dizer, na decisão de colocar em pauta questões estruturais para a segurança. Como vimos, a esfera de discussões representada pelos jornais restringe o debate às ações individualizadas da polícia ou, o que já constitui um avanço, aos crimes cometidos pelos membros das forças em questão”.*( p.8).

As autoras concluíram, após analisar 2514 textos jornalísticos, que a cobertura jornalística é extremamente factual, compondo-se majoritariamente de história individuais, sendo pouco contextualizada. As reportagens contêm baixa diversificação de opiniões ou pontos de vista e recorre a pouquíssimos dados estatísticos ou pesquisas da sociedade civil. Aponta-se para uma contradição, nos jornais: enquanto a mídia denuncia a gravidade da crise da segurança pública no país, abdica, em grande parte de tomar a dianteira no debate sobre o tema.

Ao problematizar como os discursos dos jornais representam os estereótipos da favela, Pereira (2000) contribui para o debate sobre como os jornais realizam seus discursos. A autora coloca que:

*“Não há neutralidade no discurso dos jornais. A aparente objetividade de seus textos busca imprimir tons de verdade a fatos que poderiam ser apresentados e interpretados de inúmeras outras maneiras das que habitualmente o são. A escolha pela publicação de um fato e não outro, o posicionamento nem sempre explícito, e o próprio apelo mercadológico, que muitas vezes determina o teor das matérias torna esta questão mais complexa.” (Pereira, 2000 p.14).*

A autora coloca que os jornais não atuam em nome de toda a sociedade. A mídia, segundo Pereira, legitima ações de certas parcelas da população, expressam interesses de outras, participam de um arranjo que é antes de tudo político, e que nem é sempre explícito. Cabe, então, ao pesquisador desvendar e trazer a discussão estes discursos.

Para analisar os mapas construídos através das informações jornalísticas, cabe primeiramente, uma breve análise do quadro de notícias colhidas. Neste tópico serão descritos alguns dos casos de assassinatos relatados que chamaram a atenção pela forma como foram noticiados, por isso, em alguns casos a forma como ocorreu o assassinato será descrita. Para facilitar a explanação deste quadro, as reportagens serão divididas de acordo com o ano em que ocorreram. As mortes relatadas nas reportagens receberam uma entre quatro possíveis classificações de acordo com o motivo do crime sugerido pela reportagem: (1) Assassinato; quando a morte estava relacionada a uma execução ou quando o motivo

não era claro; (2) Latrocínio; quando morte estava ligada a um assalto ou a uma tentativa de assalto; (3) Tráfico; quando a morte estava associada ao tráfico de drogas; (4) Passional; quando o crime era de motivo passional. Após a análise de cada período de reportagem será apresentado o mapa construído com as mesmas.

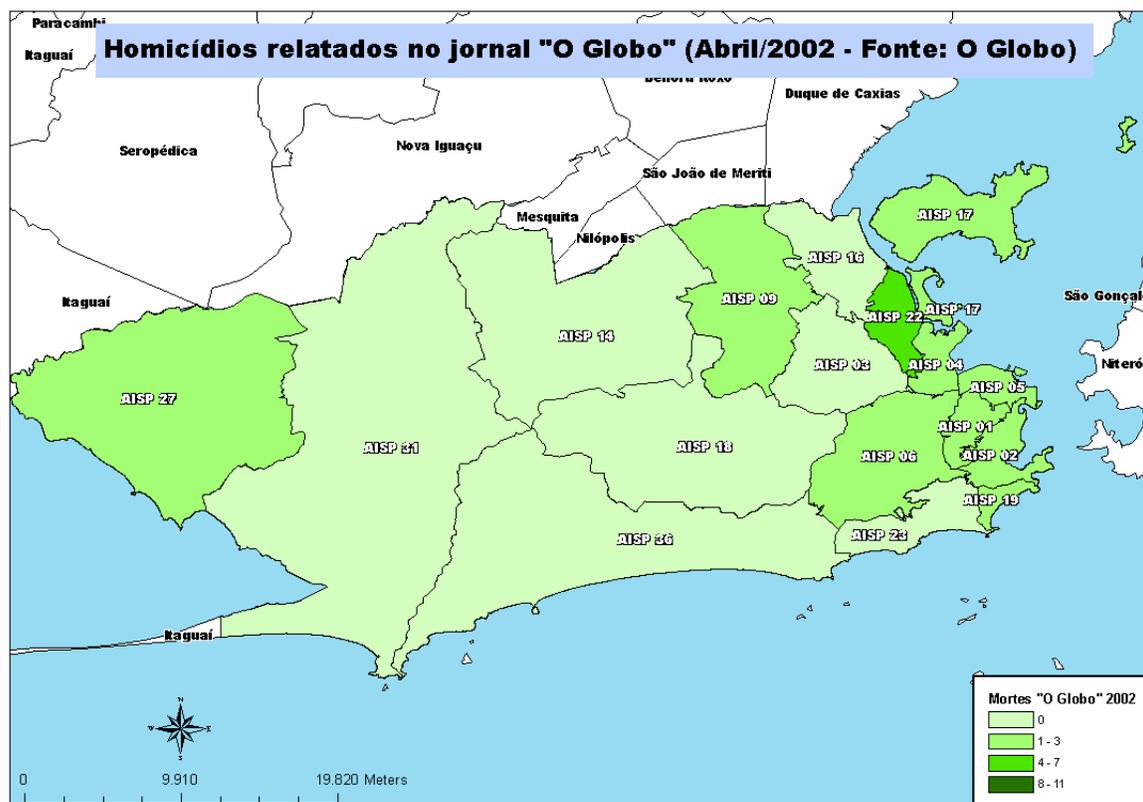
Os mapas a baixo foram construídos a partir de informações referentes a assassinatos noticiados pelo Jornal *O Globo* em abril de 2002, janeiro de 2004 e dezembro de 2006 (os meses do ano que apresentaram maior número de assassinatos de acordo com informações do ISP em 2002 e 2004; em 2006, dezembro representa o segundo mês mais violento, porém este mês foi escolhido devido ao grande apelo que a mídia conferiu no período a Guerra entre o tráfico e as milícias). A metodologia para a construção do mapa consiste na contagem das mortes noticiadas. Cada morte foi classificada de acordo com o local onde foi registrada, segundo a própria notícia sobre cada caso. Foi feita assim uma classificação das áreas de acordo com o número de mortes que foram noticiadas.

Abril de 2002:

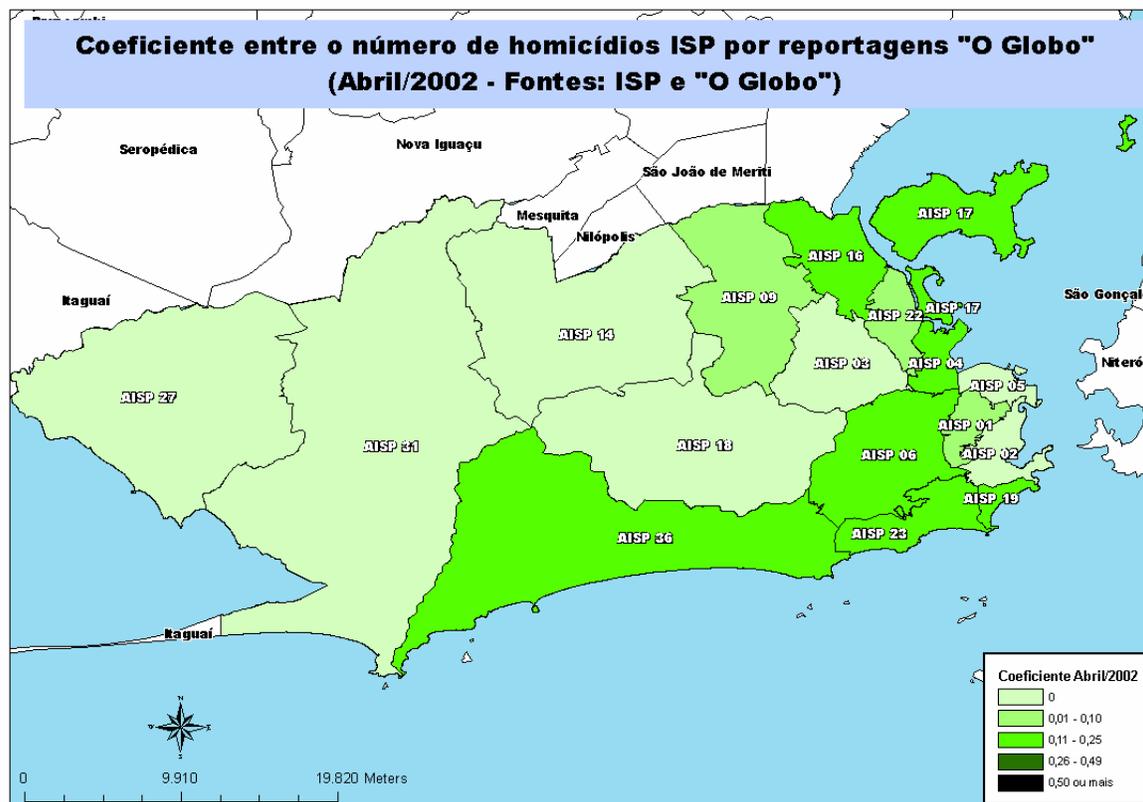
Nº reportagens	Nº morte	Assassinatos	Latrocínios	Tráfico	Passional
15	15	8	6	1	0

Ao todo foram quinze reportagens, o que chama atenção neste quadro é a ocorrência de apenas uma reportagem sobre uma morte claramente ligada ao tráfico, o que corrobora com a reflexão de que os casos de assassinato não estão diretamente ligados ao tráfico de drogas, ou não é contabilizado. A reportagem em questão fala sobre um corpo esquartejado deixado nas ruas de Copacabana, reportagem que recebeu primeira página. Outro dado curioso é o fato de que entre os três meses de cobertura acompanhados pela pesquisa, o mais violento foi justamente abril de 2002 (312 mortes), mas foi o mês com menor número de reportagens e mortes relatadas pelo *O Globo*. Podemos identificar assim uma divergência entre os dados oficiais e os dados do *O Globo*, não há concordância entre estas duas formas de representação. Os casos de Latrocínio aparecem neste mês com maior incidência que nos outros, porém um deles merece ser comentado: a reportagem que fala sobre um assalto a um ônibus, segundo a notícia um dos passageiros reagiu matando três

dos quatro assaltantes e fugiu antes da polícia chegar. Porém, a notícia confirma a tendência apontada por Ramos e Paiva (2005), pois o jornal em nenhum momento nesta reportagem sugere qualquer possibilidade de reflexão para o leitor. A partir daí podemos pensar: se este tipo de omissão corrobora com discurso despótico.



Ao analisar este mapa fica claro que o padrão em relação aos dados oficiais se alterou, o que configura uma divergência. Podemos então a partir desta primeira impressão colocar que outra lógica rege a configuração espacial no caso dos homicídios selecionados para serem noticiados. E qual seria esta lógica? A lógica de um acontecimento que não segue o que ordinário. Neste caso a lógica é caótica, pois estaria assim ligada aos próprios distúrbios do comportamento humano nesta era pós-moderna, ou, a casos de extrema violência do tráfico em resposta a uma represália contra sua atividade.



O Mapa acima foi construído com o objetivo de conjugar em único mapa informações tanto provenientes dos dados do ISP sobre a criminalidade como dados do Jornal *O Globo*. Ele consiste em uma classificação segundo uma razão entre o número de reportagens referentes a mortes em uma determinada AISP e o número de homicídios contabilizados pelo ISP no mês em questão na AISP selecionada. Por exemplo: no mês de abril de 2002 foram contabilizadas três reportagens referentes a mortes na AISP 09, o ISP contabilizou 88 mortes neste mesmo período, logo o coeficiente é 0,03 ( $3:88 = 0,03$ ). Este fórmula foi aplicada em cada uma das AISPs que compõem o mapa.

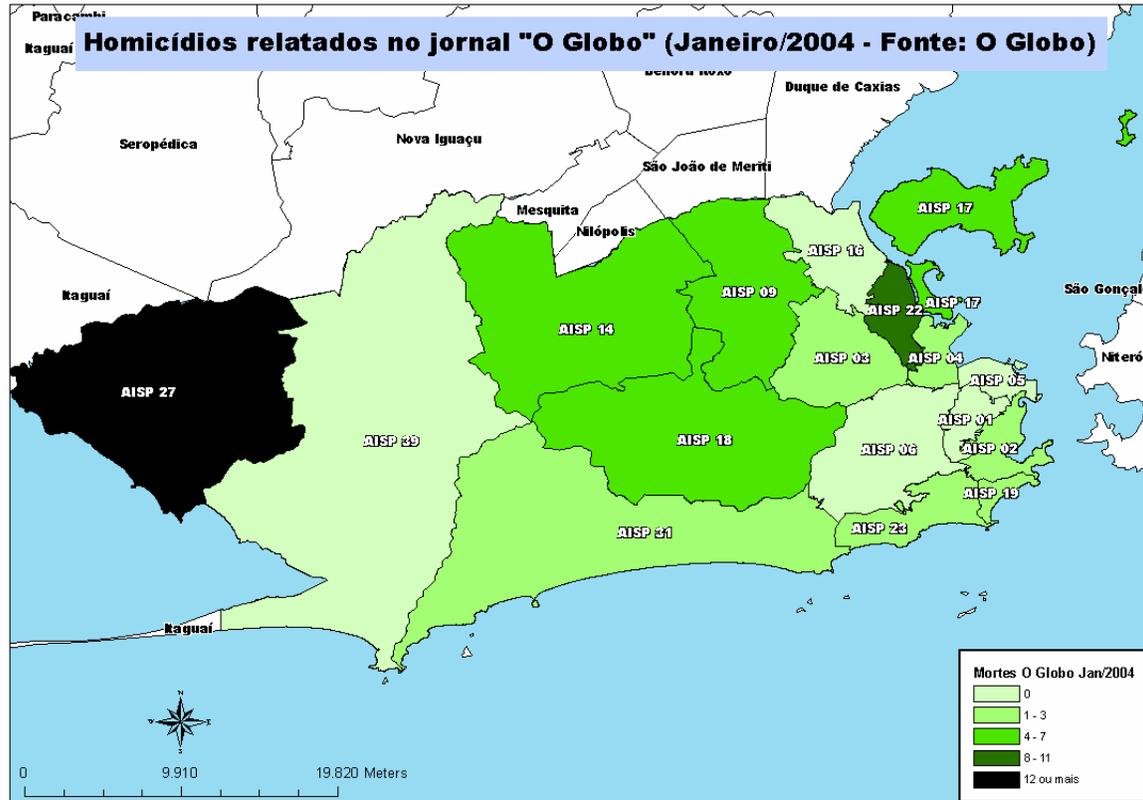
Analisando o mapa de coeficientes de abril de 2002, observa-se que este mapa demonstra as áreas mais selecionadas para terem noticiado os casos de assassinatos. É possível dizer que quase que uma inversão em relação ao padrão apresentado pelo mapa referente aos casos contabilizados pelo ISP em 2002. Uma vez que as AISP que contabilizam muitas mortes têm poucas reportagens relacionadas o que leva um índice de coeficiente baixo, quando este não é zero, é o caso, por exemplo, das AISPs 27, 31 e 09. Já

as áreas com poucas mortes contabilizadas apesar do número de reportagem não ser muito alto, obtém índices mais altos como se observa nas AISPs 19 e 23.

Janeiro de 2004:

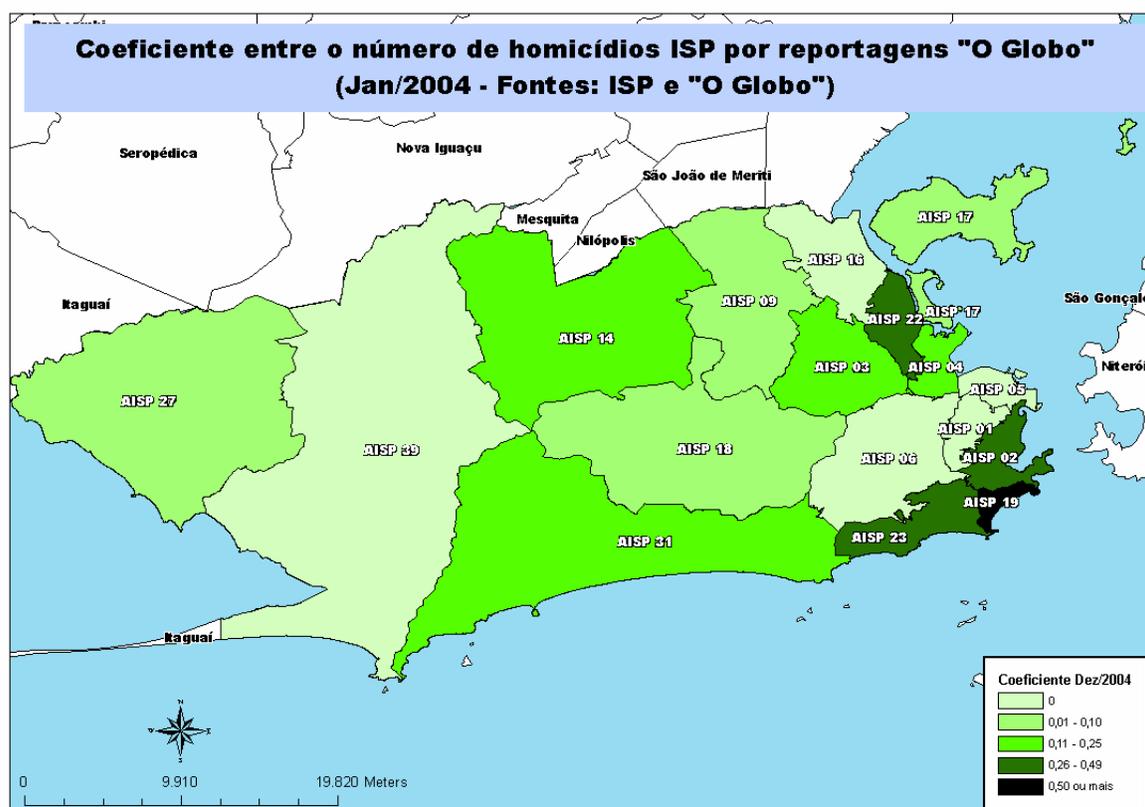
Nº reportagens	Nº morte	Assassinatos	Latrocínios	Tráfico	Passional
28	50	12	2	9	5

Este é o período com maior número de reportagens (vinte oito reportagens e cinquenta mortes relatadas), comparando com os dados oficiais este é o segundo mês mais violento entre os pesquisados (260 mortes). Muitos casos merecem destaque, pois muitos tiveram repercussão e foram noticiados mais de uma vez. O principal deles é intitulado *A Guerra do Rio*, onde o dia é comparado com o Iraque em plena época de intenso combate entre as forças de ocupação Norte Americanas e o exército iraquiano; ressalta-se que no Rio ocorreram mais mortes que no Iraque (quatorze) devidas a ação de traficantes, a notícia limita-se a contar corpos. Identifica-se assim outra divergência, como constatamos o tráfico não está diretamente ligado aos casos de assassinatos quando se trabalha com os dados oficiais, porém no caso dos dados do jornal, este veículo mostra a capacidade de associar assassinatos ao tráfico quando a ação criminosa repercute na sociedade civil. Outro crime, que ganhou a primeira página, foi a caso de um traficante que seqüestrou e matou a mãe de outro traficante; o seqüestrador não foi capturado pela polícia, mas pelo bando do traficante que teve a mãe assassinada. O assassino teve seu corpo exposto em uma passarela em Manguinhos; o crime recebeu três reportagens em dias diferentes. Na reportagem há comentários do sociólogo Ignácio Cano, que compara a prática dos traficantes àquelas utilizadas na Idade Média para impor o poder. Outra primeira página foi o assassinato ocorrido em triagem, uma discussão entre um capitão do exército e um PM terminou com a morte do capitão do exército, o caso recebeu duas reportagens. Um caso de um deficiente mental idoso morto a pedradas por jovens em Realengo recebeu quatro reportagens e outro crime a receber primeira página foi o de um menor morador de rua que ateou fogo em outro enquanto este dormia, em Copacabana.



O mapa mostra que quando se trabalha com as informações oriundas de um jornal, no caso *O Globo*, um jornal “formador de opinião” (Ramos e Paiva, 2005) e que tem como perfil de leitores, pessoas das classes média e alta: a configuração espacial dos casos de assassinatos se altera de forma bastante sensível. Observa-se uma seletividade diferenciada entre os registros policiais e os casos noticiados. Se compararmos este mapa com o Mapa de 2004 sobre assassinatos registrados pelo ISP, perceberemos que não há mais a clara separação da cidade em dois níveis a partir das “manchas” geradas pela classificação das áreas. A AISP 27 apresenta a classificação mais crítica, mas no mapa dos dados do ISP não estava nesta classificação. Temos também o as AISP 39, 16, 06, 05 e 01 com zero notícia, porém a AISP 39 no mapa ISP apresenta classificação quatro (301 – 400); as AISPS 16 e 01 a classificação dois (101 – 200); e, as AISPS 06 e 05 a classificação um (0 – 100). Com esta constatação cabe a pergunta de porque há esta seletividade diferenciada? Uma vez que, nas AISPS 39 e 16, nenhum dos casos de assassinatos foram noticiados no mês de janeiro, uma vez que segundo dados do ISP neste período ocorreram 28 assassinatos na AISP 39,

oito na AISP 16. Seis mortes ocorreram na AISP 06, como também na AISP 01 e dois na AISP 05. Porém, nas AISP que abrangem a Zona Sul tiveram pelos menos um caso noticiado embora estejam nas áreas menos violentas segundo o mapa ISP.



O mapa acima foi construído com a mesma metodologia do mapa de coeficiente de Abril de 2002, porém este se refere a janeiro de 2004.

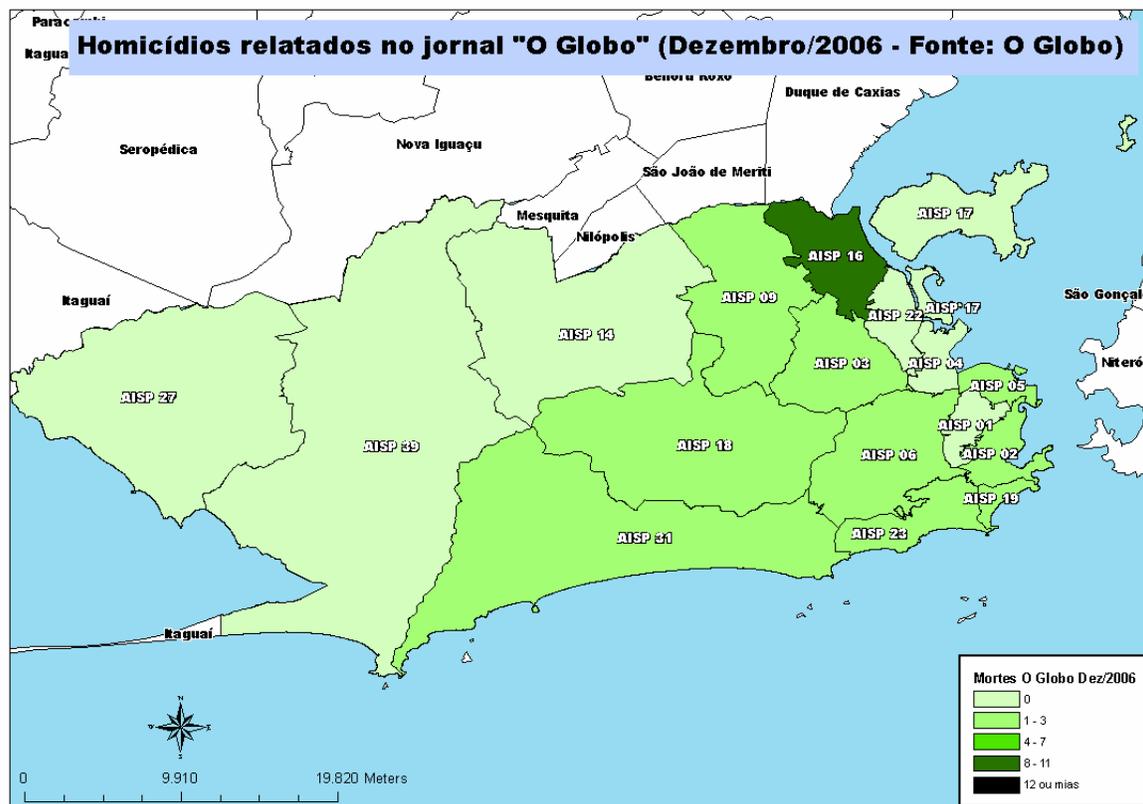
Comparando com o mapa de Coeficiente de 2002, podemos ver sensíveis alterações no padrão quanto ao grau das classificações, uma vez que este período contabilizou mais reportagens totais que abril de 2002, porém as quanto as áreas privilegiadas pelo jornal *O Globo* há um certo padrão, podemos destacar a AISP 19 (Copacabana) que obteve coeficiente um, ou seja todos os casos de homicídios contabilizados pelo ISP foram noticiados. Podemos dizer então que quando se trabalha exclusivamente com os dados midiáticos não é possível estabelecer um padrão claro na configuração dos mapas sobre homicídios, mas quando se conjuga estes dados com dados oficiais, o que antes era caótico

passa a apresentar certo padrão, onde as áreas com população de renda mais alta obtêm índices de coeficientes mais altos.

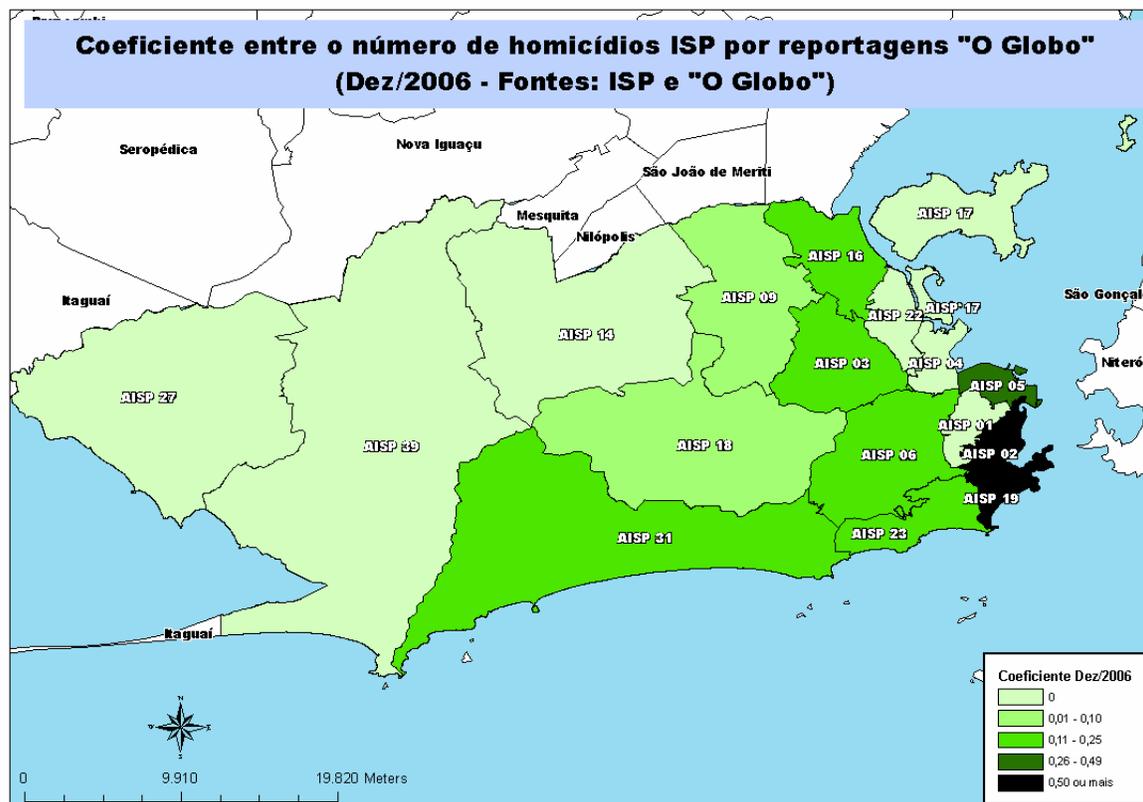
Dezembro de 2006:

Nº reportagens	Nº morte	Assassinatos	Latrocínios	Tráfico	Passional
21	25	4	4	6	7

Neste mês a cobertura do jornal *O Globo* contou com vinte uma notícias sobre assassinatos (em comparação com 248 mortes dos dados oficiais), foram relatadas vinte cinco mortes. O caso de maior destaque foi o do ônibus incendiado em Cordovil por traficantes em represália a ação de milícias. Este caso merece ser destacado, pois com este evento a configuração do mapa a seguir vai incluir a AISP 16 (que abrange o complexo do Alemão) na segunda classificação mais crítica em relação às mortes relatadas pelo jornal. Porém este fato de que não se limitou ao caso do ônibus, mas sim vários ataques contra policiais e civis que resultaram num total de dezoito mortes em menos de quarenta e oito horas, o Jornal *O Globo* nas notícias analisadas não discute esta nova problemática mais afundo, o conflito entre milícias e traficantes. Outro caso que merece destaque foi de um coronel que matou a mulher a facadas em Copacabana, o caso rendeu quatro reportagens em dias distintos.



A primeira evidência que se observa neste mapa logo após compararmos com o de janeiro de 2004; é que: não há um padrão, como foi observado nos mapas construídos com informações do ISP. Toda Zona Oeste não teve nenhum registro dos 52 assassinatos ocorridos no mês nas AISPS 27 e 39. Porém a Barra da Tijuca, toda Zona Sul, a Tijuca tiveram casos noticiados embora tenham ocorrido poucos casos de assassinatos no período em questão. Outro destaque já citado é a AISP 16 (que contempla o complexo do Alemão), este destaque configura outra divergência entre as duas fontes de informação trabalhadas, pois a AISP 16, segundo os dados do ISP não está entre as áreas mais problemáticas. O Jornal contrariamente associa esta área com o tráfico e com a tragédia de homicídios ao destacar um caso vinculado à ação de traficantes.



Como os outros mapas de coeficiente o mapa acima foi construído a partir da mesma metodologia.

As áreas privilegiadas continuam as mesmas, assim como as áreas desprivilegiadas pela cobertura do Jornal *O Globo*. Porém o grau de classificação mais uma vez se alterou, Copacabana (Aisp 19) e Centro (Aisp 02) obtiveram respectivamente índices dois e um e dois décimos (1,2), ou seja, os casos foram acompanhados por um período mais longo, o que rendeu reportagens em dias consecutivos. Podemos então concluir que em relação à configuração espacial dos casos de homicídios de um modo geral; quando se trabalha com dados oficiais; onde se almeja contabilizar a totalidade dos homicídios, há um padrão claro na configuração espacial. Em contraposição, quando se está trabalhando exclusivamente com os dados midiáticos não é possível estabelecer um padrão claro, uma vez que se está almejando destacar os episódios extraordinários que quando estão “diluídos” na totalidade dos homicídios não alteram o padrão. Portanto, fica assim explicitado porquê quando se conjugam as duas formas de representação há um padrão mais claro a ser observando, os

dados do ISP “forçam” um padrão, enquanto os casos episódicos fazem com que o grau das classificações varie de forma bastante sensível.

### **Conclusão:**

Para concluir este trabalho devemos primeiramente estabelecer que esta pesquisa visa contribuir no campo da geografia e das ciências sociais demonstrando que é possível estabelecer novas formas de análise a assuntos clássicos das ciências humanas; no caso a violência e o crime. Como foram observados na introdução desta monografia, poucos trabalhos buscaram dialogar fontes de dados diferentes sobre a violência. Este exercício metodológico revelou fatos que podem ser considerados um tanto óbvio, porém uma análise mais cuidadosa, juntamente com uma reflexão com o que foi aqui exposto nos coloca diante de um dilema social.

A sociedade civil clama por uma cidade mais segura, porém a fonte mais acessível à população; que exige de forma mais enfática respostas do governo em relação à tragédia da segurança pública (a classe média e alta); não leva a esta população notícias que revelem como ocorre de fato esta tragédia.

Debatendo sobre as teorias que problematizam a criminalização da ação de grupos (de excluídos, marginalizados, de minorias, etc), Misse coloca dois eixos da discussão como vertentes para se considerar tal estudo.

*“... na primeira enfatiza-se a designação criminal de um indivíduo ou grupo ou de suas ações potenciais e, portanto, os estereótipos, os elementos culturais e os roteiros-típicos que constroem socialmente a potencialidade “criminal” de alguém, enquanto na segunda, partindo-se de uma situação social onde o que é designado como crime já é conhecido ou é considerado como já dado (inclusive como todos os estereótipos daí decorrentes ou não), enfatiza-se as motivações envolvidas na escolha racional do agente, o que remete as condições estruturais ou situacionais em que ele se encontra (inclusive aquelas que podem, secundariamente,*

*designá-lo como potencialmente criminal) que podem explicar seu interesse pelo curso de ação escolhido e suas razões” (Misse 1997: p.6).*

Podemos ver aqui também uma dicotomia entre dois pólos, onde o indivíduo, no primeiro, é considerado como algo potencialmente criminoso, não considerando a estrutura social onde este está inserido; podemos então indagar um paralelo com o discurso despótico, onde o crime é o inimigo a ser enfrentado na forma de indivíduos potencialmente criminosos. Na segunda vertente, o paralelo pode ser feito com o discurso político, identificado por Luiz Eduardo Soares, onde o que se considera como principal para a estruturação da ação criminosa são as condições sociais que levam a tomada da ação criminosa.

E como isto fica evidente na exposição dos resultados obtidos? Os casos que foram observados como privilegiados pelo *O Globo* ressaltam casos de extrema violência do comportamento humano, casos que demonstram respostas dos traficantes à ação policial (normalmente nas áreas nobres da cidade), ou seja, casos que fogem da regra geral. E qual seria esta regra geral, a morte de pessoas no embate entre a polícia e o tráfico, porém, nas áreas opacas da cidade, as áreas que receberam classificação alta nos mapas elaborados com os dados do ISP; pois sabemos que o tráfico está presente em toda a cidade. Podemos deduzir que nas áreas de base logística de operação do tráfico, que não receberam classificação alta em relação aos dados oficiais, ocorrem muitos homicídios que não são contabilizados, ou são contabilizados em outras áreas, por causa da ação de prática tanto dos traficantes de carbonizar os corpos, como da polícia de levar o cadáver para outra área. Portanto, de um modo geral a população não tem um veículo que discuta as causas estruturantes da violência no Rio de Janeiro, o veículo em questão alimenta o discurso da revolta social sem levar a cabo a real tragédia em que se encontra o Rio de Janeiro.

Concluindo agora de forma mais pragmática em relação aos resultados da pesquisa; observa-se que o tráfico de drogas como foi dito não está relacionado aos casos de homicídio de forma tão direta como se imagina. O tráfico age, com homicídios claramente relacionados à ação de traficantes, em resposta a represálias por parte da polícia, ou seja, reflexos da política de enfrentamento do governo. Se refletirmos sobre isto, veremos que é razoável que o tráfico aja assim, pois os traficantes não desejam ter seu negócio

importunado pela polícia. Por isso, fica mais evidente por que a maioria dos homicídios ocorre em áreas que são desprivilegiadas pela mídia.

As áreas privilegiadas pela mídia o são por que o jornal age sob uma lógica mercadológica, logo, os leitores do Jornal *O Globo* querem notícias sobre as áreas onde residem, os bairros nobres da cidade. É esta mesma lógica mercadológica que leva o jornal a escolher casos extraordinários para serem publicados.

Finalmente podemos dizer que foi a partir da conjugação entre as duas fontes de informação os dados oficiais e dados midiáticos que foi possível refletir de forma mais aprofundada sobre a violência no Rio de Janeiro. Esta pesquisa revelou que conjugando estas duas fontes podemos observar padrões que não são observados quando se trabalha com apenas uma fonte. Porém, isto não se encerra aqui, fica claro que este caminho pode ser mais explorado em futuras pesquisas que busquem discutir a violência, a criminalidade e políticas de segurança pública.

## **Bibliografia:**

- CRUZ, OSWALDO GONÇALVES – Modelagem espaço-temporal dos homicídios: Região Sudeste, Brasil, 1979-1998 / Oswaldo Gonçalves Cruz; orientador: Flávio Nobre. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- ELIAS, NORBERT (1994). Conocimiento y Poder. (Org.) Júlia Varela. Madri: La Piqueta.
- ELIAS, NORBERT (1993) [1969]. O processo civilizador: formação do Estado e civilização (vol. 2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- FOUCAULT, MICHEL, 1926-1984 – Vigiar e Punir: o nascimento da prisão – Petrópolis, RJ : Vozes, 2004.
- GORITA, MARCOS ALAN “NOTÍCIAS DO CRIME, RELATOS DA INSEGURANÇA: Os discursos da violência na cidade do Rio de Janeiro (1995 - 2000)” Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2003.
- MUNIZ J., JÚNIOR D. P., DINIZ E. “O uso de força e ostensividade na ação policial”, Grupo de Estudos Estratégicos – COPPE/UFRJ, 1999.
- MISSE, MICHEL "Cidadania e Criminalização no Brasil: o problema da contabilidade oficial do crime" IN: Misse, Michel (org.). O crime violento no Rio: o problema das fontes. Rio de Janeiro: IFCS. Série "Iniciação Científica", 1997, n.9.
- MOTTA, L. G. (2002) : *Imprensa e Poder*. Brasília. Editora Universidade de Brasília, São Paulo : Imprensa Oficial do Estado.
- MOUILLAUD, M. E PORTO S. D. (2002): O Jornal : da forma ao Sentido Brasília : Editora Universidade de Brasília. Brasília.
- MUSUMECI, LEONARDA “HOMICÍDIOS NO RIO DE JANEIRO: TRAGÉDIA EM BUSCA DE POLÍTICAS”. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – boletim segurança e cidadania – ano 01 / n<sup>o</sup> 02 - julho de 2002.
- MUSUMECI, LEONARDA, SILVA, GABRIEL FONSECA DA E CONCEIÇÃO, GREICE MARIA S. DA. “GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO – 2000 A 2005”. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – boletim segurança e cidadania –ano 05 / n<sup>o</sup> 11 - outubro de 2006.
- NOVAES, ANDRÉ REYES (2005)– A Iconografia das Drogas Ilícitas na Imprensa (1975 – 2002). Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado – UFRJ.

- OLIVEIRA, NATÁLIA BRAGA DE. “PROTESTOS OU VANDALISMO? Revoltas Urbanas no Rio de Janeiro na perspectiva da imprensa carioca (1998-2002)”. Dissertação de Mestrado, sob orientação do Prof. Dr. Michel Misse, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2004.
- PESSOA, JOÃO – Sociologia da violência: textos sobre juventude e mídia / Edísio Júnior, Iara Martins, Kátia Medeiros Ed. Universitária, UFPB, 2005.
- RAMOS, SILVIA E PAIVA, ANABELA “MÍDIA E VIOLÊNCIA – COMO OS JORNAIS RETRATAM A VIOLÊNCIA E A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL”. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – boletim segurança e cidadania – ano 04 / nº 10 - dezembro de 2005.
- SENTO-SÉ, JOÃO TRAJANO – Prevenção da violência; o papel das cidades Rio de Janeiro: Civilização brasileira: CESC: FAPERJ, 2005..
- SILVA, T. S. (2000): Imaginário Espacial e Discurso: O caso das Favelas Cariocas e o Discurso dos Jornais. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado – UFRJ.
- SIMMEL, GEORG (1983) Simmel: sociologia. Coleção de Grandes Cientistas Sociais, (Org.) Evaristo de Moraes Filho. São Paulo Ática.
- SOARES, LUIZ EDUARDO – Violência e política no Rio de Janeiro / Luiz Eduardo Soares e colaboradores – Rio de Janeiro: Relume Dumará: ISER, 1996.
- SOARES, ORLANDO – Causas da Criminalidade e Fatores Criminógenos – [Rio de Janeiro]: [Editora Científica] 1978
- SOUZA, MARCELO LOPES DE – O Desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- ZAJD, FERNANDA – Violência nas favelas do Rio de Janeiro: algumas questões em perspectivas históricas / Fernanda Zajd; orientadora Vânia Maria Cury. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, 2005.

## **Anexos**

### **Índice de Reportagens:**

#### **Abril de 2002**

1. Torcedor baleado é achado morto em Santa Teresa - 01.04.2002.
2. Granada explode, mata mulher e fere crianças - 02.04.2002.
3. Falso doente invade hospital e mata paciente [Primeira Página] - 11.04.2002.
4. Corpo esquartejado é achado em Copacabana [Primeira Página] - 11.04.2002.
5. Militar é morto a tiros por assaltantes na Mangueira - 13.04.2002.
6. Suspeitos de crime foram fotografados - 15.04.2002.
7. Comerciante assassinada em posto na Ilha - 15.04.2002.
8. Homem é assassinado na Gávea, perto da PUC - 17.04.2002.
9. Assaltantes matam estudante a tiros - 19.04.2002.
10. Médica é morta com um tiro durante assalto a salão de beleza no Andaraí - 22.04.2002.
11. Filho de Tim Maia é assassinado no Recreio - 22.04.2002.
12. Empresário é assassinado na Av. Brasil - 22.04.2002.
13. Assalto a ônibus termina com três mortos - 23.04.2002.
14. Ainda sem pistas o assassinato de empresário - 23.04.2002.
15. Acusado de matar oficial do Exército se entrega - 26.04.2002.

#### **Janeiro de 2004**

1. Jovem de 17 anos é assassinada na Rocinha - 02.01.2004.
2. Menor de 13 anos confessa ter ateado fogo em outro [Primeira Página] - 05.01.2004.
3. Deficiente mental de 60 anos é morto a pedradas - 05.01.2004.
4. Polícia dá prazo a dois suspeitos de matar idoso - 06.01.2004.
5. Mãe de traficante é levada de casa e encontrada morta - 06.01.2004.

6. Preso outro acusado da morte de aposentado - 07.01.2004.
7. Bandido terá que depor sobre morte da mãe - 07.01.2004.
8. Encontrados às margens da baía corpos de 3 jovens - 08.01.2004.
9. Último acusado de matar idoso se entrega à polícia - 10.01.2004.
10. O terror exposto [Primeira Página] - 10.01.2004.
11. Guerra do tráfico mata 2 no Complexo da Maré - 12.01.2004.
12. Preso acusado de morte no Leblon - 15.01.2004.
13. PM acusado de matar irmão tem prisão decretada - 15.01.2004.
14. Traficantes da Favela de Acari matam policial - 17.01.2004.
15. Porteiro é acusado de matar a mulher - 18.01.2004.
16. Rio Sem Lei [Primeira Página] - 20.01.2004.
17. Família contesta versão sobre morte de capitão - 21.01.2004.
18. Bando armado mata casal a tiros no Recreio - 22.01.2004.
19. Laudo incrimina PM que matou irmão com tiro - 22.01.2004.
20. Comerciante é morta ao fugir de assaltantes - 23.01.2004.
21. A GUERRA DO RIO Um dia com 14 baixas - 23.01.2004.
22. A GUERRA DO RIO Pior do que no Iraque - 23.01.2004.
23. A GUERRA DO RIO Bandidos voltam para terminar chacina - 23.01.2004.
24. Primo é suspeito de fazer chacina - 24.01.2004.
25. Casal preso por tramar a morte de comerciante - 24.01.2004.
26. Preso rapaz de 20 anos que matou a família em Realengo - 28.01.2004.
27. Três mulheres e um homem são mortos em favela de Jacarepaguá - 31.01.2004.
28. Quatro rapazes executados na Ilha do Fundão - 31.01.2004.

## **Dezembro de 2006**

1. Casamento desfeito a facadas - 05.12.2006.
2. Família diverge sobre coronel que matou mulher - 06.12.2006.
3. Coronel que matou mulher diz que agiu em legítima defesa - 07.12.2006.
4. PM mata, rouba e acaba preso por outros PMs - 08.12.2006.
5. Coronel diz que mulher caiu em cima da faca - 08.12.2006.
6. PM mata dois assaltantes no Andaraí [Primeira Página] - 09.12.2006.

7. Pedreiro confessa ter assassinado corretor no Humaitá - 11.12.2006.
8. Mulher morta a facadas por ex-marido em Botafogo - 14.12.2006.
9. Polícia indícia ex-marido por morte de manicure - 15.12.2006
10. Acusado de esquartejamento é preso - 16.12.2006.
11. Marido contratou PM para matar a mulher - 21.12.2006.
12. Policial civil é assassinado em Quintino - 23.12.2006.
13. Vigilante mata cliente de banco a tiro no Centro - 23.12.2006.
14. Racismo e morte em banco geram protesto - 29.12.2006.
15. Homem vai dar queixa na 28ª DP e é morto - 29.12.2006.
16. Em ato heróico, mãe salva filho mas morre - 29.12.2006.
17. Ataque cruel mata sete pessoas em ônibus - 29.12.2006.
18. Em 20 horas, 15 ataques, 18 mortos e 23 feridos - 29.12.2006.
19. Vigilante que matou cliente em banco está foragido - 30.12.2006.
20. A GUERRA DO RIO [Primeira Página] - 30.12.2006.
21. Morre a oitava vítima do incêndio em ônibus [Primeira Página] - 31.12.2006.